

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA  
COMPUTAÇÃO**

**A INFORMÁTICA E A EDUCAÇÃO NO AUXÍLIO AO  
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

**VERA REGINA DA COSTA DE CAMPOS**

**Florianópolis, setembro de 2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA  
COMPUTAÇÃO**

**VERA REGINA DA COSTA DE CAMPOS**

**A INFORMÁTICA E A EDUCAÇÃO NO AUXÍLIO  
AO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Computação.

**Orientador: Dr. Ilson Wilmar  
Rodrigues Filho**

**Florianópolis, setembro de 2002**

# A INFORMÁTICA E A EDUCAÇÃO NO AUXÍLIO OU ENTENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

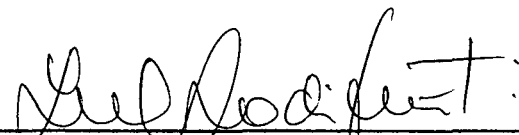
**VERA REGINA DA COSTA DE CAMPOS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Ciência da Computação Área de Concentração Sistema de Conhecimento a aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação.

---

Fernando A. Ostuni Gauthier, Dr.  
(Coordenador do Curso)

**BANCA EXAMINADORA:**



---

**Orientador:** Dr. Ison Wilmar Rodrigues Filho



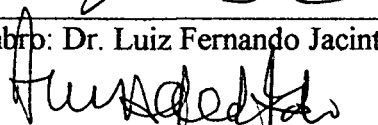
---

**Membro:** Dr. João Bosco da Mota Alves



---

**Membro:** Dr. Luiz Fernando Jacinto Maia



---

**Membro:** Luiz Alfredo Soares Gracindo

## RESUMO

Esta dissertação propõe um modelo informação de auxílio ao combate a um grave problema social que vem se intensificando a cada dia: a violência contra mulheres, crianças e adolescentes, e também que permita a tomada decisão de políticas públicas na área da educação de jovens e adultos. A realidade mostra que muitas mulheres, além de serem segregadas no mercado de trabalho, são as principais vítimas de agressões sexuais. No trabalho são discriminadas no processo de admissão, promoção, capacitação e ocupação de cargos de chefia, sofrem assédio sexual e o constrangimento sexual por parte de seus superiores hierárquicos; em casa, sofrem agressões físicas, ameaça de morte, estupro e atentado violento ao pudor. As crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual no âmbito doméstico, sofrendo ainda com práticas de pedofilia e a prostituição infantil. Aqui é proposto um modelo de informação, desenvolvido de forma integrada, na cidade de Lages – SC, capaz de fornecer subsídios a adoção de políticas públicas para enfrentar-se esse problema.

**PALAVRAS CHAVE:** Informática na Educação – Sistemas de Informação.

## **ABSTRACT**

The present study proposes a model of information to work as an aid to fight the violence against women, children and teenagers (a serious social problem that is increasing every day), a paradigm that may be able to lead to decision making concerning to public policies for the education of young adults and adults – The reality shows that many women, besides being segregated in their labour market, are the main victims of sexual aggression. At work they are discriminated in the processes of getting a job, being promoted and qualified, or holding higher places in their jobs, as well getting sexually embarrased by their chiefs; at home they are threatened to death and submitted to physical and sexual aggression. Children and teenagers are also victims of this violence at their home environment. This study, therefore, is a proposal of a model of information, developed in an integrated way in Lages, SC, aiming at offering subsidies to the adoption of public policies in order to face this kind of problem.

Key words – Systems of Information, Information Technology in Education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. CONJUNTURA ATUAL DO PENSAMENTO GLOBAL ON LINE E A AFIRMAÇÃO DE UMA INTEGRAÇÃO SOCIAL: O HOLISMO .....</b>	<b>5</b>
2.1 Globalização e Holismo e o Pensamento On Laine .....	5
<b>3. VIOLÊNCIA .....</b>	<b>22</b>
3.1 Tipos de violência .....	25
3.1.1 Violência física .....	26
3.1.2 Violência sexual .....	29
3.1.3 Violência psicológica .....	29
3.1.4 Negligência .....	31
3.1.5 Violência doméstica .....	34
3.1.5.1 Violência contra a mulher .....	36
3.1.5.1.1 Violência contra a mulher no âmbito doméstico .....	39
3.1.6 Violência sexual contra a criança e o adolescente .....	43
3.1.6.1 Incesto .....	44
3.1.6.2 Pedofilia .....	47
3.1.6.3 Mutilações sexuais .....	51
3.1.6.3.1 Excisão e infibulação .....	52
3.1.7 A relação adulto/criança na sociedade brasileira .....	54
<b>4. O USO DA INFORMÁTICA COMO AUXILIAR NO COMBATE A VIOLÊNCIA .....</b>	<b>56</b>
4.1 Apresentando uma proposta de banco de dados, em rede, para atender as vítimas de	

violência na cidade de Lages – SC.....	59
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>69</b>
Anexo 1: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO .....	70
Anexo 2: FICHA DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL .....	71
Anexo 3: TERMO DE ENCAMINHAMENTO .....	72
Anexo 4: QUADRO DE REGISTRO DIÁRIO .....	73
Anexo 5: QUADRO POR IDADE DO AGREDIDO E DENUNCIANTE .....	74
Anexo 6: SISTEMA DE FORMAÇÃO COM ESTRUTURA ESTRELA .....	75
Anexo 7: MAPA DO MUNICÍPIO DE LAGES .....	76

## 1. INTRODUÇÃO

A violência vem se expandindo muito em nosso tempo. Quais seriam as causas dessa expansão? Vários fatores contribuem para que a violência aconteça, e muitos deles estão próximos de nós, talvez acontecendo dentro de nossa casa ou da casa de nossos vizinhos, e a gente nem se dá conta. Na verdade, o tédio é crescente, a falta de sentido da vida também, as pessoas estão perdendo a fé no futuro e toda esperança, as pessoas sentem-se traídas por todas as promessas, todas as ideologias, todos os partidos e todas as religiões.

A pobreza é apontada como a primeira violência geradora de novas e sucessivas violências na vida das crianças e adolescentes. Em seguida, a desagregação familiar, decorrência da pobreza e da rápida mudança de valores, fora àqueles que sofrem violência desde o útero materno pela subalimentação e, ainda, a violência maior cometida pelas mães, que é o aborto.

O abuso e a exploração sexual são fenômenos complexos, de difícil enfrentamento, inserido num contexto histórico-social de violência endêmica, de profundas raízes culturais. Só nesta década, a criança passou a ser considerada juridicamente um sujeito de direitos, sendo que até muito recente ela foi definida como objeto de tutela, incapaz, menor, com as obrigações de obediência e submissão. A ruptura com os padrões antigos e a construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos implica, além de denunciar permanentemente a quebra do respeito, na proteção e na construção das relações de trocas afetivas e de aprendizagem, em coibir os abusos, enfrentar as ameaças, proteger os vulneráveis e as testemunhas e



responsabilizar os agressores.

## **1.1 PROBLEMA**

Como o setor da Educação pode utilizar a Informática, para contribuir na mobilização da sociedade de forma conjunta e articulada, no combate a violência e exploração sexual infanto-juvenil?

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista o aumento de casos de violência, especialmente contra a mulher, a criança e o adolescente, faz-se necessário pesquisar sobre o assunto. No entanto, falar sobre pesquisa nos dias de hoje, exige mudanças de perspectivas diante do que se julga realidade; pois, implica desafio de um novo posicionamento em face do mundo e das pessoas, fugindo de padronizações, generalizações e considerando a sincronidade dos fenômenos nas mais diversas possibilidades de realizações. É vislumbrar um despertar da crença na construção coletiva da realidade em uma parceria com a comunidade, na busca de alternativas, na solução dos problemas sociais que nos afligem; no caso, a violência contra a criança e o adolescente.

## **1.3 OBJETO DE ESTUDO**

Um Modelo de um Sistema de Informação para a organização da sociedade, no combate a violência e exploração sexual infanto-juvenil.

## **1.4 OBJETIVOS**

### **1.4.1 GERAL:**

Especificação de um Modelo de Sistema de Informação, testado com o auxílio de um Protótipo.

### **1.4.2 ESPECÍFICOS:**

- Identificar as causas e fatores de vulnerabilidade de violência sexual contra crianças e adolescente;
- Discutir acerca de metodologias alternativas;
- Refletir criticamente sobre a temática dentro da nossa realidade social e como esse sistema de informação poderia auxiliar políticas públicas de ataque ao problema da violência infanto-juvenil;
- Desenvolver estudos com as diferentes interfaces expressas na questão da violência;
- Criar caminhos que auxiliem entidades e ONGS, na solução mais rápida dos problemas em termos do município de Lages, SC.

## **1.5 ESTRUTURA**

No primeiro capítulo se fez um estudo sobre holismo, por se tratar de um assunto de grande importância para discorrer sobre o homem como ser social e como um novo pensamento que descaracteriza a visão fragmentada da sociedade, advinda do método científico.

No segundo capítulo discorreu-se sobre os tipos de violência, objeto deste estudo.

No terceiro capítulo, se fez um rápido comentário sobre a importância das novas tecnologias para a sociedade. Em seguida se apresentou um modelo de sistema integrado entre Saúde, Educação e outros órgãos que compõem o Atendimento às Vítimas de Violência, na cidade de Lages-SC., para que se realize um trabalho em rede.

## **1. INTRODUÇÃO**

## **2. CONJUNTURA ATUAL DO PENSAMENTO GLOBAL ON LINE E A AFIRMAÇÃO DE UMA INTEGRAÇÃO SOCIAL: O HOLISMO**

### **3. VIOLÊNCIA**

#### **3.1 Tipos de Violência**

##### **3.1.1 Física**

##### **3.1.2 Sexual**

##### **3.1.3 Psicológica**

##### **3.1.4 Negligência**

##### **3.1.5 Violência doméstica**

##### **3.1.5.1 Violência contra a mulher**

##### **3.1.5.1.1 Violência contra a mulher no âmbito doméstico**

##### **3.1.6 Violência sexual contra a criança e o adolescente**

##### **3.1.6.1 Incesto**

##### **3.1.6.2 Pedofilia**

##### **3.1.6.3 Mutilações sexuais**

##### **3.1.6.3.1 Excisão e infibulação**

##### **3.1.7 A relação adulto/criança na sociedade brasileira.**

## **4. INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO**

#### **4.1 O uso da informática como auxiliar no combate à violência.**

**4.2 Apresentando uma proposta de banco de dados, em rede, para atender as vítimas de violência, na cidade de Lages – SC.**

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## **ANEXOS**

## **2. CONJUNTURA ATUAL DO PENSAMENTO GLOBAL ON LINE E A AFIRMAÇÃO DE UMA INTEGRAÇÃO SOCIAL: O HOLISMO**

A Revolução Industrial representou um grande avanço na História da Humanidade, pois mudou radicalmente o pensamento, o comportamento e a forma de vida do homem. A cada descoberta científica, houve a adaptação do ser humano. Começava aí, a Era da Revolução Tecnológica.

### **2.1 Globalização e Holismo e o Pensamento On Line**

O holismo é um novo pensamento que descaracteriza a visão fragmentada da sociedade advindo do método científico.

Nossa tão desencantada civilização tecnológica está em crise. A técnica, o tecnicismo e a alta tecnologia, associada a uma forma de viver moderna, igualmente técnica mas cada vez mais esteriorizada, pragmática e menos humana, está apontando para a falácia de mais uma promessa o nosso século falhou em pôr nos meios de produção ou no extremo desenvolvimento material a chave para a felicidade humana (hoje, tudo isso tem separado cada vez mais o homem do homem, o homem da natureza, e o homem de si mesmo).<sup>1</sup>

Distingue-se da Ciência e Filosofia sem negá-las. Este pensamento baseia-se na visão total do mundo onde tudo está interligado e tem uma dependência. Temos nos habituado a assumir uma condição de separatividade em relação a todas as coisas,

---

<sup>1</sup> [www.geocities.com/viena/2809/holistic.htm](http://www.geocities.com/viena/2809/holistic.htm)

peças e aspectos da vida. Nós pensamos e agimos como se fôssemos seres à parte do todo. O universo e a natureza não nos demonstram essa condição separatista; pelo contrário, em todas as formas de manifestação da natureza, sempre podemos encontrar um sentido de integração, de união, de comunhão. Assim é o princípio holístico que rege a vida e o universo, o todo se encontra nas partes, como as encontramos no todo. Desta forma, sempre estaremos integrados a cada pessoa, local e situação que nos acerque; somos parte viva de tudo que se manifesta em nossa vida, somos influenciados e influenciamos, não apenas como um viajante que circunstancialmente passa por ali naquele momento, mas como um ser integral, que vive conscientemente todas as suas realidades durante a vida.

A proposta holística não admite que se possa conhecer algo separado do todo em que não só faz parte, mais o ajuda a formar-se:

O ser humano vivencia a si mesmo, seus pensamentos como algo separado do resto do universo que o cerca – uma espécie de ilusão de ótica de sua consciência, moldado pela cultura. E essa ilusão é um tipo de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é a de livrarmos dessa prisão, ampliando nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Poderá ser que ninguém consiga atingir plenamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa liberação e o alicerce de nossa segurança interior. (Albert Einstein)<sup>2</sup>

O pensamento fragmentado é alimentado pelo nosso método científico e por um sistema econômico capitalista que visa um comportamento individualista, competitivo, privativo. A liberdade de iniciativa envolve a liberdade de indústria e comércio ou a liberdade de contrato, que nossa Constituição declara ser a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na iniciativa privada, consagrando a economia de mercado de natureza capitalista e a prioridade aos valores do trabalho humano sobre todos os demais valores da economia de mercado essa prioridade tem o sentido de orientar a intervenção do Estado na economia, a fim de fazer valer os valores sociais do trabalhador que, ao lado da iniciativa privada, constituem o fundamento não só da

---

<sup>2</sup> [www.geocities.com/viena/2809/holistic.htm](http://www.geocities.com/viena/2809/holistic.htm)

ordem econômica, mas da própria República Federativa do Brasil. Tendo o social mais importância pela nossa Carta Maior, vemos inserido o pensamento holístico de uma maneira implícita, mas garantida em lei, pois, o indivíduo é visto como parte integrante do todo. Os conceitos que o holismo preceitua estão também na lei do homem embora sua prática ainda não seja vista.

No mundo em um processo de rompimento de barreiras, mistura de culturas, raças, com uma ampla concorrência, após um século de desenvolvimento em um pensamento individualista, fragmentado, o ser humano parece ter reduzido sua dignidade, seu valor, encontrando-se em um abismo de conceitos e ilusões materiais. Toda promessa de felicidade técnica feita pelo capitalismo cientificista acabou por se transformar num pesadelo: de um lado temos a cruel falta de alimentos e do mínimo de conforto material na maioria dos países do Terceiro Mundo, e do outro lado temos a miséria psicológica e os distúrbios emocionais de toda a espécie que acompanham os excessos do consumo – pelo consumo -, alimento fácil e conforto supérfluo dos países (que são uma minoria) do Primeiro Mundo, ou  $\frac{1}{4}$  da população do planeta, onde crescem a solidão, a indiferença, os distúrbios de afetividade, a violência e a sensação do “sem sentido”, consequência de uma visão de mundo extremamente reducionista, mecanicista e pragmático, voltado para as aparências, a competitividade e a vivência individualista dos sentidos, nos moldes dos ideais industriais de nosso tempo. A função valorativa dos sentimentos foi rejeitada. Só o racionalismo linear expresso de modo claro em gráficos e em pesos e medidas pode ser útil. Acharmos que apenas o racional pode nos dizer o que tem valor, mas valor é algo subjetivo que diz respeito a sentimentos. Não é por acaso que nossa cultura, que supervaloriza o racional, afoga-se em dados numéricos, mas se mostra totalmente incompetente para discriminar o que realmente tem importância em meio a um mar de informações e pesquisas cartesianas, e se mostra completamente incapaz de dar o mínimo de conforto psicológico às pessoas que se sentem alienadas e excluídas pelo sistema vigente.

Em busca de uma nova identidade, forçada pela difícil condição de vida condicionada ao ter distanciada do ser, flexiona suas rígidas normas e métodos para um lado mais abstrato da vida. Como se o novo pensamento humano buscasse resgatar a

essência das Ciências e de tudo. Como por exemplo, o Direito não mais se contentasse com a letra morta da lei constitucional, mas agora quisesse novos métodos para extrair sua essência e tornar sua prática constante. Tudo está em estado bruto, latente, como se até aqui nós apenas estivéssemos “engatinhando” em termos de capacidade de sermos humanos. Agora o homem busca conhecer-se. Crescem movimentos voltados ao interior do ser, seus sentimentos, emoções. A humanidade parece ter chegado ao limite de se contentar em ser apenas parte da “engrenagem” agora com extremo cansaço, sede de amor, desfalecendo em um vazio interior, que busca justiça, paz, vida e outras essências que demonstram um grau diferente de necessidade até agora estipulado. A posse de um sentimento da vida-consciência – do objetivo pelo qual se vive – é uma necessidade humana. Por isso a perda desta consciência (em outras palavras: do sentido da vida) leva à formação de um específico vazio existencial, que tem caráter patológico e constitui o fundamento de diferentes enfermidades psíquicas. A Ciência responsável pelo pensamento humano, por ditar as “normas corretas” deve adaptar-se a essência holística, a nova necessidade humana que não busca apenas saber o que seus sentidos captam, mas sim ampliar sua existência no mundo. Ora, se sistema capitalista não vive sem mão-de-obra, e esta ainda é exclusivamente humana, e também necessita de consumidores para seus produtos e aumento de capital, temos que dar ao homem recursos para conseguir suprir sua tendência de necessidades e para isso, necessitamos de novos paradigmas porque essa palavra significa formas básicas e dominantes do modo de se perceber, pensar, acreditar, avaliar, comentar e agir de acordo com uma visão particular do mundo, numa descrição mais aceita do que seja a nossa realidade, numa bem sucedida maneira de ver, ver-se, nos vermos, o mundo e que é culturalmente transmitida às novas gerações:

Nossas prateleiras estão repletas de pesquisas “esotéricas”- apenas alguns ‘iniciados’ podem compreendê-las, com pouco ou nenhum valor real para o comum dos mortais. Estas prateleiras, (...) parecem cemitérios, ou até mesmo menos que isso, pois, nos cemitérios sempre ocorrem visitas, pelo menos uma vez por ano. O governo é cada vez mais incapaz de estipular prioridades com base em qualquer outra ordem que não seja o balanço comercial ou os gráficos de desenvolvimento industrial, e como a ênfase está apenas no que é racional, temos uma visão unilateral do mundo, hipertrofiada, puramente intelectual, onde sentimentos e valores são menosprezados ou são ignorados. E é interessante notar o quanto esta estrutura

filosófica influencia e é, por sua vez influenciada – em feedback – pela ideologia do capitalismo, ou qualquer outra que tire vantagens da situação. Tanto esta ideologia parece encontrar justificação na visão de mundo do paradigma newtoriano-cartesiano quanto este parece encontrar apoio financeiro para se manter, na medida que as pesquisas mais de acordo com seus pressupostos recebem recursos vários enquanto as pesquisas menos técnicas (segundo seus parâmetros), mais ecológicas e/ou humanistas parecem ser desmerecidas ou rejeitadas, recebendo pouco ou nenhuma atenção dos poderes econômicos. Aliás, não devemos esquecer que estes poderes buscam exatamente isso: poder. Poder sobre a natureza, sobre os lucros, sobre as pessoas. Enfim, um poder pleno e exercido de modo racional – mecânico, onde os valores humanistas não podem ter lugar. (...) Esta crença generalizada da onipotência técnica tem levado à altitudes e postulações extremamente arrogantes dos meios científicos e industriais, o que produz, entre outras coisas, os Titanics, os Hinddemburgs, as Bombas, os Efeito-Estufa e as Chernobys da vida, bem como golpes militares, alienação, miséria, desemprego e violência.<sup>3</sup>

Com a visão fragmentada que a “Era da Razão” e seu Método Científico trouxeram o homem passou a ter uma visão materialista e cética de tudo que fuja de tal método. Com a implantação do Liberalismo, Capitalismo e a Revolução Tecnológica o individualismo criou raízes sobrevivendo a todas as crises deste “Sistemas de Exploração Humana”. A visão social, a união dos homens em benefício do todo ficou frustrada diante da hipocrisia social em que todos fingem se importar com o mundo desde que desfilem com seus carros importados e sustentem um grande acúmulo de capital. A inversão de valores fez o homem acreditar na ilusão da segurança aparente do dinheiro esquecendo que a verdadeira segurança se encontra no amor. Ampliar a visão fragmentada, ver em cada ser um ser social atuante capaz de melhorar as condições de vida de todos é a única saída para as mudanças bruscas que estão sendo causadas pela globalização e tudo o que ela implica. Qualquer atividade humana, ou seja, ela exercida pelo mais humilde operário ou pelo mais categorizado profissional liberal, está intrinsecamente subordinada a uma participação social e política, visto que é da essência da vida do homem em sociedade. Assim como o indivíduo está colocado isoladamente depois da família, e esta depois do estado, a sociedade organizada está acima dos grupos, portanto, o homem jamais se bastará a si mesmo. É necessário que se

---

<sup>3</sup> [www.geocites.com/viena/2809/holistic.htm](http://www.geocites.com/viena/2809/holistic.htm)



abandone o excesso de individualismo, ampliando comportamentos sociais, e que se avance urgentemente em direção ao organismo internacional da solidariedade humana.

Com os horizontes amplos o homem está cada vez mais próximo do acesso total do mundo externo e, com isso, sem o preparo de um pensar humano e uma estrutura conceitual pronta para a nova realidade de “liberdade de fronteiras”, perde-se em meio ao seu mundo interior. A visão pragmática o fez fugir durante um século de seu interior e buscar no externo sua base para a vida. Individualizado e materialista, passa a correr desenfreadamente em um estado de produção e consumo sem entender ao certo o porquê de suas ações indo por um processo de “imitação” do que parece ser certo. Num mundo frio, aparentemente sem garantias, desperta para a exploração e o poder querendo dominar para não ser dominado. O sentido do comércio e indústria de nossos antepassados deturpou-se passando de uma cooperação para uma competição abandonando pro completo o respeito pelo seu meio por perder-se em sua suposta onipotência diante de uma natureza que antes era passível de transformação e agora de devastação. Como observa Adam Smith: “O principal benefício do comércio exterior não é a importação de ouro e prata, mas a exportação de produtos excedentes que não têm demanda e a importação de outros que têm”. Um sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto de países estimulando a dedicação ao trabalho, compensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Essa visão de sociedade universal possui o pensamento de mundo como um todo onde cada um permite ser parte deste. Tal visão de “sistema comercial perfeitamente livre” seria a correta para um mundo sem fronteiras. O holismo seria, então, uma proposta de solução para a adaptação humana nesta nova forma de sociedade global. J.J. Rousseau assim comentou em sua obra “O Contrato Social”: “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o

seu poder sob a suprema direção de vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo”.<sup>4</sup>

A globalização como está sendo tratada, é o conjunto de acontecimentos políticos, econômicos, culturais com a proposta de transformar o mundo em um “grande mercado livre” facilitando assim oferta de mercadorias, onde a demanda seja feita com base na qualidade maior ou menor preço do objeto que será transacionado. Tais transformações acarretam mudanças sociais, territoriais, culturais e de pensamento humano atingindo a vida social e precisam de normas que garantam uma coexistência harmônica na sociedade. Estas normas regram a conduta humana que fará os homens agirem conforme seu meio e conseqüentemente sob o ordenamento jurídico vigente. Com a mudança de conduta a sociedade molda-se para se adaptar aos novos parâmetros ditos corretos para garantir a perpetuação da espécie. A globalização poderá ou não oferecer as condições para um mundo mais justo; mas, para tanto, não existem fórmulas acabadas ou atores privilegiados. Evitaremos o pior se soubermos fazer as escolhas políticas corretas nos planos nacional e internacional. Surge, logo, a necessidade de se criar uma nova legislação baseada em um pluralismo jurídico coordenando os sistemas sociais, econômicos, científicos, culturais do novo mundo. Sendo o sistema vigente capitalista este fenômeno global por si não garantirá a justiça social, mas poderá reafirmar o poder dos legitimados sobre os que legitimam. O discurso ideológico que tenta falar dos milagres que um mundo global poderá trazer é mais uma tentativa de manipulação dos menos atentos. Uma mudança de normas sociais e econômicas é neutra diante da história da humanidade, pois, esta é feita pelo homem. Se as mudanças serão benéficas, isso decorre da ação do pensamento humano para o social. Qualquer que seja a forma de organização da atividade econômica de uma comunidade busca-se otimizar a satisfação do indivíduo, de um lado e, de outro, maximizar a eficiência produtiva. O regime econômico refere-se às diretrizes jurídico-políticas prevaletentes na atividade econômica o arcabouço jurídico-institucional sobre o qual irá assentar a estrutura econômica. A estrutura econômica compreende a ligação e a interdependência de elementos econômicos e extra-econômicos que, em atividade simultânea determinam as bases e as condições de funcionamento do conjunto da economia considerada. O

---

<sup>4</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato Social**: Princípios de Direito Público. Edições de Ouro, s/d, p. 49.

conceito de sistema econômico relaciona-se com o de estrutura econômica, incorporada a este um objetivo que se pretende atingir. A forma pela qual a sociedade se organiza, visando solucionar os seus problemas de produção, circulação e distribuição de riqueza.

A globalização assim como o capitalismo pode servir ao social se concentrarmos energias ao coletivo acreditarmos que somente uma correta administração de recursos e escassez pode dar o real sentido de uma economia sem fronteiras. Isso diz respeito a reformas estatais, com incentivos para a globalização interna além da externa, e a mudanças culturais extraindo do ser humano o individualismo. A união visando o ser humano é a única maneira de atingir essa mudança estatal e cultural e para isso devemos respeitar os direitos garantidos em todo o mundo: os Direitos Humanos. Não deve ser colocada de forma imposta, sem observar a realidade sócio-econômica, cultural, histórica, de cada povo. Assim sendo, só poderemos ver-se agravar as misérias sociais ampliando ainda mais nossos universo de excluídos e vulnerabilizados. Para percebermos tal realidade basta consultarmos os indicadores sócio-econômicos. No Brasil, pro exemplo, estes indicam: mortalidade infantil, desemprego, desnutrição, endemias, déficit habitacional, não reforma agrária, falta de previdência e assistência social entre outros. Se não houver uma reforma pautada por políticas públicas voltadas para o social, tendo por escopo a efetiva concretização dos Direitos Humanos, principalmente dos direitos econômicos, culturais e sociais, o resultado poderá ser o retorno à barbárie. Estes direitos devem ser tratados como base intocável da humanidade, Não há como conciliar a modernidade econômica com as tensões sociais que já se apresentam no Continente. O centro da vida é o conjunto humano. A competitividade e a produtividade dependem, também, das pessoas que realizam o trabalho. Na sua complexidade, a pessoa humana não poderá jamais ser equiparado ao avanço tecnológico. A possibilidade de desenvolvimento e de crescimento interiro da pessoa humana no sistema produtivo, ou através dele, irá permitir o direcionamento de todo o seu potencial também aos objetivos da produção. A produtividade e a competitividade não devem ser conseguidas a qualquer preço. Seus limites devem ser definidos num contexto ético. Outra questão é que a máquina capitalista não se alimenta sem consumo. A miséria implica em queda brutal de consumo, o que não interessa às empresas. Neste momento caberá à iniciativa privada assumir o papel hoje reservado ao

Estado. Em vez de Agarrar altos impostos a um Estado falido, incapaz de distribuir a riqueza. Os empresários financiarão diretamente os programas sociais. Não é absurdo imaginar que, no futuro, as empresas terão departamentos de educação, saúde ou ecologia.

Diante do risco de contágio de políticas de “limpeza étnica” e de genocídio convém promover uma cultura da paz pro meio da educação com efeito respeito aos Direitos Humanos, tolerância pluralismo cultural e diálogo entre todos os integrantes da sociedade. A paz não é simples inexistência de guerra ou a ordem imposta por uma hegemonia. A verdadeira paz é a positiva, que segundo SPINOZA “nasce de força da alma, da concórdia e da justiça”. Ela se baseia em valores e princípios. A Assembléia da ONU proclamou o ano de 2000, como Ano Internacional da Cultura da Paz. Se desejarmos que o amanhã não seja tarde demais, a antecipação deve prevalecer sobre a adaptação, a ética do futuro deve vencer a tirania da urgência e o senso de partilha (no espaço, mas também no tempo, em relação às gerações futuras) deve se impor sobre o egoísmo cego “em que se baseiam os novos apartheids”.

Embora o individualismo tente dominar e permanecer, quando o homem chegar a escassez dos recursos que suprem suas necessidades, a única saída será a escolhida pelo neolítico: buscar no próximo, ajuda. As culturas entrelaçando-se pode esboçar uma nova cultura do Planeta onde com o aprender e o ensinar corrijamos erros ampliando conclusões, criando soluções com horizontes abertos. As palavras de ordem para evitar uma crise de escassez são: humildade, solidariedade, respeito e amor. Se soubermos observar que ninguém é igual a ninguém em sua essência, mais iguais em direito, deveres e em nossas diferenças pro estarmos longe da perfeição e próximos ao erro o conhecimento e a prática dos Direitos Humanos abraçará a humanidade.

Visando uma “cultura global e holística” os cidadãos serão obrigados a ter consciência da visão social de sua atuação como parte interligada ao grande todo. Aí se encontra a essência social: a necessidade de união para suprir lacunas que jazem em nosso ser por não sermos capazes de tudo. A dependência visível do ser humano para com seu próximo não só nos evidencia nossa origem social como nos extrai a

humildade, solidariedade, amor e nos mostra a grande responsabilidade que temos para com o todo. Nossas ações, palavras, atos, espaço que ocupamos, implica diretamente sobre o próximo e isso desencadeia uma constante de consequências que se refletem na situação de uma comunidade. Aqui está a função social do indivíduo para a coletividade, implicando em sua profissão. O trabalho passa a ser não só um meio de crescimento remunerado de subsistência, mas de interação com sociedade por meio de ações positivas que garantem o crescimento pessoal de todos. Verifica-se no contexto, saber que em pequenos gestos podemos modificar singularmente a vida de pessoas, sabermos usar nossos conhecimentos científicos, teóricos ou práticos, vivenciais para o bem comum, ter a noção de que somos profissionais para o todo e não para nossa conta bancária, títulos, sobrenomes, fama, sucesso, é entender que somos entes atuantes e responsáveis pelo futuro da humanidade.

O Sistema Capitalista tende a medir todas as coisas, sobretudo o sucesso profissional pelo dinheiro. E nós sabemos que o dinheiro não é tudo na vida. Todos nós temos responsabilidade de criar uma sociedade melhor, e não apenas maior ou mais rica. O Sistema Capitalista é o atual, nada nos impede de torná-lo mais justo. Ser mais úteis aos nossos semelhantes talvez seja o que de melhor possamos fazer por nossa carreira e por nossas vidas. A questão-chave já não está no trabalho, mas na expressão do melhor de mim em tudo o que faço para as pessoas ao meu redor e para a sociedade. E aqui a serra não é mais da realização profissional, mas da realização como ser humano. Como já disse Albert Einstein: “O ser humano somente pode encontrar significado na vida, curta e perigosa como é, por seu devotamento à sociedade”.

A grande dificuldade será fazer com que uma cultura, povos, governos, instituições se moldem a essa nova dimensão global e holística. Estamos com anos de método científico fragmentado que apóia os paradigmas atuais sociais. Percebemos essa nova visão será negar afirmativas e conceitos já bem elaborados. A resistência será certa, mas a mudança inevitável pela própria “máquina do capital”. O homem comum não consegue ver todo. Só se vê uma coisa por vez. São poucas as pessoas que examinam o conjunto de eventos e os dimensionam no tempo. A realidade atropela o homem. Sua visão é reduzida a um ponto de vista. Produzimos e aceitamos ao mesmo

tempo os benefícios e os malefícios da Ciência e da tecnologia. Não estamos preparados com idéias nem com condutas para modificar a realidade. As pessoas sem consciência da realidade não sabem que para sobreviver é necessário adaptar-se constantemente. Dois problemas precisam ser evitados por todos aqueles que desejam uma visão realista e positiva. Primeiro, não confundir felicidade com sucesso profissional e, segundo, a vida é muito mais do que somente consumir. O valor dos atos e até dos objetos não podem ser reduzidos aos aspectos mercantilistas.

Pessoas e grupos tomam decisões importantes todos os dias. Vê-se muita solidariedade nas camadas mais pobres da população. Pessoas que se reúnem e fazem mutirão em benefício da comunidade. Por isso a inovação mais radical que se pode fazer é mobilizar essa excepcional força da sociedade para a solução dos problemas “alfabetizando” todos os cidadãos em áreas como ecologia, participação política, saúde, alimentação, cidadania, reconhecendo a importância da evolução contínua de todos na sociedade. É fazer a educação de todos acontecer no dia-a-dia, com o uso criativo dos veículos de comunicação de massa, da tecnologia já disponível, fazendo do País uma rede completamente interconectada de comunidades que se auto-organizem e se autogerenciem formando pessoas que sejam cidadãos ativos e não dependentes crônicos de algum tipo de autoridade governamental, longe do antiquado autoritarismo. É necessário uma liderança que motiva, estimula a participação, o envolvimento, o comprometimento, estimula a aprendizagem pela ajuda mútua, trazendo para diálogos questões prioritárias mudando o foco para questões essenciais voltadas para o futuro, sempre em setores emergentes em linha com novas vocações em vez de copiar modelos importados. Devemos incentivar cada local ao desenvolvimento do conjunto de atividades de suporte necessárias à sua evolução. O ato de trabalhar e ser útil pode assumir muitas formas, não só na forma de empregos. Estamos entrando na era do ser humano livre, que vive a contribuir para a comunidade servindo e sendo servido, ajudando e sendo ajudado. A criação de redes de comunidade auto-sustentáveis são capazes de, naturalmente assegurar uma vida digna para a população, por meio de um esforço organizado e cooperativo. É a descoberta da vocação da comunidade, tendo em vistas características da região, cultura do povo, suas tradições, seus talentos e o

potencial que possuem ao se considerarem as tendências de evolução da sociedade para contribuir para a evolução do todo.

Se observarmos o ser humano em todas as suas ações e o enxergarmos como um ser atuante e social não deixará de invocar a necessidade de tentar conquistar a justiça social. Para tanto devemos tomar uma sociedade já doente e tentar não só curá-la, mas preveni-la de maiores problemas. As questões sociais como fome, miséria, mortalidade infantil, péssima assistência sanitária entre outras, deixou a muito de ser um problema cuja solução se encontra no Estado. Isso em decorrência do próprio pensamento humano que se alertou para a necessidade do auxílio mútuo.

Movimentos e instituições que não visam lucro, mas o ser humano e sua assistência têm nascido de forma considerável nos últimos tempos:

Os setores que mais cresceram nos países desenvolvidos no século XX não foram o das empresas, mas sim, o dos profissionais liberais, o da saúde e o da educação. Essa tendência vai se manter e se intensificar no século XXI. Assim, o setor social sem fins lucrativos é aquele que a administração é mais necessária hoje em dia. É ali que a administração sistemática, baseada na teoria e guiada por princípios, pode render os maiores resultados em menos tempo. Basta pensar nos enormes problemas com que o mundo defronta 'pobreza, saúde, educação, tensões internacionais', que a necessidade de soluções administradas se torna clara.<sup>5</sup>

Dentro da filantropia encontramos um tipo de pessoa jurídica distinta em suas características: As Fundações Privadas. É necessário entender como estas estão no contexto do nosso País, para verificarmos a importância da filantropia como meio de prevenir e curar problemas causados pela injustiça social.

Antes de tudo devemos pensar e refletir sobre o que podemos fazer para melhorarmos o mundo. Há coisas que ninguém (nem a sociedade, nem o governo) pode fazer por nós; são responsabilidade nossa, indelegáveis e intransferíveis. Como disse

---

<sup>5</sup> [www.geocities.com/viena/2809/holistic.htm](http://www.geocities.com/viena/2809/holistic.htm)

John Kennedy, no seu discurso de posse: “Não pergunteis o que vosso País pode fazer por vós, mas o que podeis fazer pelo vosso País”. No nível social, faz-se necessário que segmentos da sociedade auto-organizem-se. Só uma sociedade organizada e mobilizada possibilita o pleno exercício da cidadania, o controle do Estado e a defesa dos cidadãos contra a prepotência e os desvios do poder.

A mobilização dá uma demonstração de infinita potencialidade da união do povo em torno de uma idéia e, nada melhor para exemplificar a mobilização e a luta para vencermos questões problemas do subdesenvolvimento.

Só se pode conceber que um país como o nosso com inúmeras potencialidades tenha 32 milhões de pessoas passando fome, entendendo que os homens que comandam a política do Brasil, não tem coração. Temos, portanto, de reunir e organizar todos os segmentos da sociedade.

O problema fundamental de toda cultura brasileira, é que ela é uma cultura de reflexo; ela não tem raízes na própria terra brasileira. O subdesenvolvimento é um problema do Terceiro Mundo e nada que interessa no Primeiro Mundo pode representar solução para o Terceiro Mundo. Tudo o que serve para ao Terceiro Mundo não pode servir ao Primeiro, e tudo o que serve ao Primeiro Mundo não pode servir ao Terceiro, porque são mundos diferentes, são mundos conflitantes, que nada têm a ver um com o outro. Para nos mobilizarmos, temos que ter isto em mente. Este problema é bem ilustrado na instituição educacional profissionalizante como a universidade. Poucos povos têm a capacidade inventiva do povo brasileiro, mas não adianta termos essa capacidade inventiva, se não temos condições de dar, às pessoas criativas, as condições para elaborar um processo de desenvolvimento, de complementação, de acréscimo à cultura humana.

Em termos de mobilização temos claro a questão do setor privado e sua responsabilidade social. Todos que, hoje, trabalham no setor empresarial, têm como filosofia, procurando trabalhar segundo a excelência empresarial. Esta não é nada mais do que atender a satisfação de nossos acionistas, porque, se não tivermos lucros, as



empresas não vão sobreviver, e não vão poder realizar o restante dos seus objetivos, como satisfazer também fornecedores, clientes, consumidores. Não adianta criarmos empresas competitivas se não tivermos pessoas em torno de nós que possam conviver com o fruto da criação de empresas. As empresas devem desenvolver a sociedade mais do que os recursos que dela absorvem. Não adianta mais pensarmos que apenas pagando impostos vamos ajudar a resolver os problemas sociais do País. Pagar impostos sim. Cobrar pela boa aplicação dos impostos, também sim, mas não devemos nos limitar a isso. Pensar que apenas o governo é responsável pelos problemas sociais é não analisá-los em sua totalidade. Os problemas sociais podem se transformar em problemas econômicos para as empresas.

Somos uma sociedade de mais de 160 milhões de pessoas. A nossa pergunta é: somos mais de 160 milhões de consumidores? Não, não somos. Será que nós como empresários, como gestores, não queremos ter mais de 160 milhões de consumidores? Certamente que sim.

Qualquer pessoa que esteja acostumada a ver um estatuto empresarial, observa que a expressão inicial é objeto social. Qual é o objeto social das empresas? Elas têm um objeto, e a responsabilidade social transcendem o objeto social e as obrigações legais da empresa. Entendemos por responsabilidade social do setor privado, o compromisso e o envolvimento das empresas no desenvolvimento sócio-cultural da sociedade, mediante ações espontâneas, sistemáticas em projetos e atividades regulamentares realizadas isoladamente e em parceria, com fins lucrativos (pois se trata também de mecanismo mercadológico e de marketing). A empresa também é instrumento de desenvolvimento social.

A solução dos problemas sociais está em cada um de nós. Juntos temos que encontrar soluções. A sociedade é que tem que encontrar a maneira de solucionar seus problemas juntando o esforço de um ao esforço de outro. Temos de atuar, no Brasil fazendo com que os eu lado econômico caminhe, mas sem esquecer que o desenvolvimento econômico deve vir acoplado ao desenvolvimento social. Ao invés de criarmos coisas novas, parássemos para verificar o que temos, e o conseguíssemos

melhor e recuperar o que já existe, já seria um grande avanço.

Se uma relação social foi implementada, iremos favorecer o crescimento econômico, gerar mais empregos, distribuir melhor a renda do País – que é uma das grandes lástimas que temos – e, melhorarão nossos indicadores sociais. Não adianta ganhar R\$ 15 mil ou R\$ 30 mil se tenho de cercar minha casa com segurança, se meu filho não pode sair, se a situação dos pais e dos filhos na escola é aflição. Precisamos pensar que a revolução se dá através de cada pessoa. É com a revolução do homem atuando também na estrutura, no coletivo, que poderemos ser mais felizes, vendo o nosso próximo também satisfeito.

O movimento social organizado já possui um nome que cada vez mais está conhecido: O Terceiro Setor. Não é o governo e não é o mercado. É a sociedade organizada dissociada da atividade lucrativa, que consegue identificar e desempenhar de modo bastante essencial suas atividades sociais. Recebendo apoio de recursos públicos e privados podem ampliar sua área de atendimento. No Terceiro Setor estão contidas as atividades das ONGs <sup>6</sup>, cooperativas e associações. Não é mercantil nem estatal, é essencialmente de interesse coletivo.

Segundo informações do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), estão sendo mobilizados, anualmente, por volta de R\$ 300 milhões de modo que as estimativas mais recentes calculam que o Terceiro Setor, no Brasil, está movimentando cerca de R\$ 6 bilhões. O fato é que cuidar de crianças carentes, lutar pela preservação pelo meio ambiente, ou defender direitos humanos, está deixando de ser apenas filantropia praticada nos fins de semana. Cada vez mais, hoje, surgem oportunidades para as pessoas se dedicarem a uma causa de sua referência exercendo a sua própria profissão, utilizando todos os conhecimentos adquiridos e sendo remunerados para isso. A evolução do terceiro setor no Brasil se deve principalmente ao fato de as organizações sem fins lucrativos se encontrarem numa encruzilhada. Há bilhões de dólares em todo o mundo prontos para serem investidos em ONGs – mas não e, qualquer ONG. O acesso a esses recursos depende, cada vez mais, de competência e de resultados. Conclusão: as

---

<sup>6</sup> Categoria distinta de organização não-governamental, que podem ter a forma jurídica de fundações, associações, sociedades civis, se enquadram na prestação de serviços ao público.

organizações tomam a estrada rumo à profissionalização, adotando modelos eficientes de gestão e contratando pessoal capacitado para executar a missão a que se propõe. Nem tudo são flores no terceiro setor. Trabalhar em uma ONG talvez seja esquecer em alguns casos: de seguro-saúde, plano de previdência privada, 13º salário, participação nos lucros e plano de carreira. Se transformarmos o terceiro setor num poderoso plano de mobilização nacional, será ele capaz de absorver os trabalhadores deslocados, demitidos pelo setor de mercado, jovens inexperientes, aposentados melhorando o quadro atual.

A sociedade civil organizada, desde que engaja na busca do bem comum, é contraponto importante no contexto da competitividade suscitada pela globalização que estimula o individualismo. Assim, o exercício da cidadania empresarial dá-se em diferentes tipos de atuação. Uma empresa pode exercita-la como operadora de projetos, financiadora, pro meio de parceria e cooperação técnica, ou ainda como mobilizadora de esforços. São ações, evidentemente, complementares à ação governamental, de vulto e natureza distintos. No cenário atual, marcado por um aumento da demanda social e, ao mesmo tempo, pro empresas com orçamentos e corpos fundacionais enxutos, faz-se necessário um novo enfoque para o exercício da cidadania empresarial. Se antigamente podíamos entender que a prática era distribuição de migalhas – maiores ou menores, pouco organizada -, hoje a empresa precisa medir o retorno de seus programas. À medida que as companhias se vêem obrigadas a fazer com que recursos minguantes alcancem realidaades cada vez mais amplas é necessário estruturar programas de investimento social com retorno mensurável, tanto para a comunidade beneficiária quanto para a empresa que faz a doação. Esse investimento deve agregar valor beneficiário ao doador.

Neste inter-relacionamento entre os vários setores – o governamental, o social e o privado – não podemos nos esquecer de que a lei das sociedades por ações, feita por comercialistas, portanto, por pessoas vinculadas de modo indissociável à atividade empresarial, atribui à empresa uma função social. Portanto, a própria empresa, mesmo quando desenvolve uma atividade objetivando lucro, não pode se esquecer de sua função social, não pode se esquecer de que ali estão homens, e não máquinas. Ali estão

famílias. Está na Constituição a função social da propriedade. Está na Constituição a função social da propriedade. É a sua oneração ao comprometimento finalístico de não haver abuso no poder econômico.

Tanto o setor público quanto o privado, acordam com a necessidade de que a iniciativa seja de cada indivíduo integrante do todo, da Nação. Essa mobilização cria situações de embasamento para que as entidades do Terceiro Setor juntamente com os setores público e privado se organizem buscando melhores condições para atuarem em seu desenvolvimento e sobrevivência sem tanta dependência de um grupo restrito, pois, trará um levante em conjunto fazendo de cada cidadão um representante do dever social.

Temos que deixar claro que a Tecnologia é uma evolução social e os problemas são: como ela está sendo mal empregada e como não esta sendo empregada.

### 3. VIOLÊNCIA

DOMENCH, no livro editado pela Unesco *"A violência e suas causas"* (1981), artigo *"A violência"*, (p. 34) se refere ao fato de que "é o progresso do espírito democrático o que dá origem ao conceito moderno de violência e o colore ao mesmo tempo de um matiz pejorativo". Citando Diderot "ter escravos não é nada; o intolerável é ter escravos e chamá-los cidadãos" E continua sua narrativa, (p. 35): "... ter escravos é da ordem natural da força em um mundo em que a liberdade é um privilégio aristocrático; mas quando a liberdade surge como valor na política, aparece o divórcio com a realidade e a realidade se percebe como uma violência intolerável".

Analisando essa passagem de Domench pode-se considerar, que é a partir da noção de cidadania, da utopia dos direitos universais do homem, que construir-se-á a concepção de violência atual. Para DA MATTA, apud CLAVES (1998, p. 4), a "idéia de cidadania foi um instrumento poderoso para estabelecer o universal como um modo de contrabalançar e até mesmo acabar e compensar a teia de privilégios que se cristalizavam em diferenciações e hierarquizações". E SANTOS, apud CLAVES, op. cit., lembra que "no Brasil se pratica uma cidadania regulada, ou seja, a condição de cidadão sempre esteve atrelada à posição que o indivíduo ocupa no processo produtivo".

Assim sendo, na violência está implícito ou explícito o abuso do poder, da força, seja ela física, psíquica ou moral, em uma relação assimétrica, desigual. (GOMES, 1997). Na violência não existe apenas uso do poder em uma relação assimétrica, desigual; e sim é necessário o abuso do poder. Quem está sendo violentado, sente ou pensa na gratuidade ou arbítrio daquele ato. (COSTA, 1986).

Na violência está implícita a idéia da injustiça.

A violência pode ser entendida como o rompimento ou tentativa de rompimento de uma ordem natural, social, moral ou jurídica. Este ato ocorre mediante o uso de uma força à qual se opõe outra força que atua no sentido da preservação desta ordem. A violência é considerada positiva ou negativa conforme o juízo que se faz da ordem que esta sendo contestada e conforme os meios empregados nesta contestação.

Falar sobre o fenômeno da violência, que dia-a-dia assume proporções assustadoras em todo o mundo é relativamente difícil, pois em todos os lugares e em todas as direções se podem sentir os reflexos de sua terrível presença.

O primeiro relato médico que se conhece, sobre violência física contra criança, que se conhece, data do século XIX, na França, relatado por Tardieu. (Almeida, 1998). Tardieu, citado por Almeida, pesquisou 32 casos de espancamento de crianças, com 18 óbitos ao final. Outros trabalhos a respeito surgiram no meio intelectual, assim como, na segunda metade do século XIX foram criadas Sociedades de Prevenção da Crueldade contra as Crianças. Deve-se frisar tanto que: o aparecimento destas sociedades foi posterior ao das primeiras Sociedades Protetoras dos Animais, assim sendo, a temática – violência contra a criança – não teve, aparentemente, muito repercussão no meio médico, no século XIX.

Só na metade do século XX, estudos retomam de forma mais acentuada, e em 1962, a partir de extensa pesquisa com crianças vítimas de *acidentes domésticos*, é descrita a síndrome da criança espancada (Kaplan, 1995). Uma das diferenças com estes acidentes, é que, conforme (Council on Scientific Affairs, AMA apud, KAPLAN, 1995, p. 1024), é que “caracteristicamente, os ferimentos são mais graves do que os que poderiam ser razoavelmente atribuídos à causa declarada”.

Inicialmente, prevaleceu o termo *síndrome da criança espancada*, mas a partir de 1976, adota-se o conceito de criança *abusada e negligenciada*, o qual permite explicitar o problema de forma mais ampla, conforme Cunha (1998). Na verdade,

criança abusada e negligenciada abrange outros tipos de abuso além do físico.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, datada de 1990, é um arco brasileiro nas questões do direito da infância e da adolescência. MYRIAM MESQUITA PUGLIESE DE CASTRO, uma das participantes do Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado (1992), assim escreve a respeito da questão dos maus-tratos à infância:

A vitimização, os maus-tratos, a tortura impingidos na infância, sob o pretexto, muitas vezes, de educar, levam a uma internalização dessa prática como 'normal', e é frequentemente, responsável por uma visão de mundo permeada por uma normatização da violência no imaginário social da criança e do adolescente que, mais tarde, se transfere para o seu mundo adulto. Com isto se quer dizer que as ações violentas passam a ser entendidas como ações normais, uma vez que a sua formação básica foi marcada pela pedagogia do medo. (CASTRO, 1992, p. 31)

VELHO (1996, p. 15) entende que “em qualquer cultura e/ou sistema social, é necessário que haja uma noção minimamente compartilhada de justiça, sem a qual corre-se o risco de anomiozação da vida social. Justiça no sentido de um conjunto de crenças e valores que dizem respeito ao bem-estar individual e social.” Entende que a crescente violência da sociedade brasileira é causada não apenas pela desigualdade social, mas o fato desta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais. Existe uma percepção generalizada que os grandes infratores nunca chegam realmente a submeter-se à Lei.

Na violência está implícita a noção de que ela é cometida em relação ao outro. A uma pessoa diferente de nós, que pode ter outros valores, necessidades, idade, sexo, raça, religião, classe sócio-econômica.

O fenômeno da violência e suas prováveis causas são assunto, quase que obrigatório, para todas as pessoas. Não sabendo explicar o aumento indiscriminado da violência, muitos atribuem o seu crescimento à ausência do estado ou à falência das instituições, ao narcotráfico, a crise econômica, aos filmes de ações violentas exibidos

diariamente pela televisão, internet, enfim, em todas as formas indiscriminadas de exibir a violência.

Assistindo televisão ou simplesmente ouvindo rádio, lendo jornais ou revistas, navegando na internet, toma-se conhecimento de notícias de crimes, mortes, assaltos, destruições das mais variadas, bem como outras formas de agressões que envolvem pessoas inocentes, que morrem defendendo ideais sanguinários, populações que morrem de fome, vítimas da exploração econômica, tanto aqui, quanto lá fora.

A violência no trânsito que mata, mutila e ofende a dignidade dos cidadãos. Ainda há a violência gerada pelos meios de comunicação de massa que invade nossos lares sem pedir licença; as conversas sem nexos, por pessoas inescrupulosas, que ferem nossos ouvidos; a violência dos que se dizem nossos representantes na política; a exploração do trabalho do menor e da mulher; a violência do sistema econômico, que atinge a todos nós; a falta de assistência à saúde, direito de todos; o desemprego, a falta de recursos à educação, enfim todas as formas de violência que contaminam as nossas vidas.

Num sentido amplo, a violência pode ser conceituada como todo o desrespeito, resultado de uma prática irresponsável contra a sociedade, a natureza e o próprio agente violento, principalmente, quando se trata de crianças e/ou adolescentes.

### **3.1 Tipos de violência**

Em geral, quando se fala em violência muitas pessoas pensam no caso particular de um assaltante, de um ladrão, naquele criminoso que prejudica bens ou agride pessoas. No entanto, há outros tipos de violência: o que consiste nas agressões contra o meio ambiente, contrariando os princípios da ecologia; o que consiste nas agressões que o homem pratica contra sua própria natureza física e psíquica, quando desenvolve vícios morais entre eles o viciado em drogas, o alienado político, o dominado pelo sexo, entre outros; a violência urbana de todas as ordens; a violência do governo, etc.



Para efeito deste estudo, considerar-se-ão os tipos de violência física, sexual, psicológica e a negligência propriamente dita.

### **3.1.1 Violência física**

O disciplinamento corporal de crianças e adolescentes é uma prática existente e “legítima” no Brasil desde o seu descobrimento.

Segundo a história, no Brasil-Colônia, a criança indígena vivia e crescia numa comunidade de princípios e costumes bem definidos. Era educada através de rituais da tribo. Os rituais pedagógicos, através do medo, passavam seus ensinamentos e preparavam a criança para enfrentar a vida. Com medo e muita dor a criança indígena crescia trazendo no corpo as lições de seus ancestrais e a força necessária para enfrentar os perigos e a beleza da vida. A criança sofria, não castigos corporais corretivos, impostos por pais disciplinadores, mas o flagelo que ensinava o uso e domínio de suas forças, que lhe ensinava a ser valente.

Na expressão de GILBERTO FREYRE, o menino filho de escravos era “o ‘levapancadas’ do menino branco. Evidenciava-se nessas relações o poder do branco-rico-masculino em Violência Doméstica, Contra Crianças e Adolescentes.”

Entre os brancos, o medo era um dos mais importantes recursos da educação das crianças, pois não faltavam personagens terríveis e monstruosos para lembrar às crianças seus limites.

No Brasil Império, a “pedagogia do medo” é acrescida do disciplinamento corporal e crueldade. Nos colégios, o professor encarnava o “senhor de escravos”, reproduzindo os vários recursos para punir seus alunos. A palmatória e a vara de marmelo eram utilizadas como recurso pedagógico para botar o “menino branco” na linha.

Até os fins do século XIX, a disciplina rigorosa dos colégios de padre manteve-se atuante.

No Brasil-República, a lógica da educação das crianças era a disciplina do ponto de vista social, base da segurança do Estado e da solidariedade nacional.

Na verdade a pedagogia tradicional, ou seja, a pedagogia da submissão da criança ao adulto, chegou ao Brasil com os jesuítas e aqui frutificando-se, reproduzindo-se e adaptando-se às várias situações e modificando-se sem jamais desaparecer.

Apesar da evolução, ainda hoje verifica-se que, segundo AZEVEDO,

a opinião pública em geral, pais e professores continuam adeptos do tapa limitador, por exemplo, o tapinha no bumbum ... considerado moderado. Essa forma de disciplinamento corporal é defendida e 'legitimada' sob a alegação de que se trata de uma intervenção preventiva, saudável, 'para o próprio bem de crianças e adolescentes'. (AZEVEDO, 1996, p. 20)

A literatura mais moderna, especialmente a do final dos anos 80, vem enfatizando com veemência que "toda ação causa dor física numa criança, desde um simples tapa até um espancamento fatal, representam um ato contínuo de violência".

Por violência física entende-se ser o uso do castigo corporal "sob pretexto" de educar ou disciplinar a criança/adolescente. É o tipo de violência mais evidente e fácil de detectar.

Trata-se de lesões provocadas por qualquer motivo, incluindo as reações à condutas indesejadas pelos pais ou responsáveis pela criança, e podem ser confundidas com lesões acidentais.

São considerados abusos físicos desde um tapa ou beliscão até os espancamentos, queimaduras, etc. Também são considerados abuso físico os castigos incompatíveis à idade e capacidade de compreensão da criança.

O uso da força ou atos de omissão praticados pelos pais ou responsáveis, com o objetivo claro de não ferir, deixando ou não marcas evidentes. A pele é o local mais acometido pelos maus-tratos no corpo da criança e do adolescente. Existem deferentes tipos: escoriações, hematomas, luxações fraturas, queimaduras, feridas, por objetos cortantes, desgarros, lesões podem ser provocadas por impacto, penetração, calor, uso de substâncias cáusticas, substâncias químicas ou drogas.

As lesões incluem desde o vermelhão, equimoses ou hematomas até queimaduras de 3º grau. Quando isso acontece é comum haver marcas de instrumentos utilizados para espancar as crianças ou adolescentes. Elas podem apresentar formas variadas tais como: de varas, fios de nylon ou outro tipo de material, de cintos ou até mesmo da mão do agressor.

Quando se trata de marcas de queimaduras, estas vão desde pratos quentes, cigarros (mais comuns), ferro de passar roupa, faca, garfos, até queimaduras de água quente em imersão de nádegas, pés e mãos.

Em se tratando de objetos, encontramos fivelas de cintos, os próprios cintos, frigideiras quentes, fios enrolados, vara, chicote, mata moscas, tábuas, mordidas, escovas de cabelo, enfim, o que ao adulto agressor tiver pela frente.

Portanto, na prática da violência física são comuns murros e tapas, agressões com diversos objetos ou líquidos quentes, entre outros.

A criança e/ou adolescente vítimas de violência física representam uma infância ou adolescência em perigo porque costumam correr risco de vida em função das medidas disciplinares impostas ou podem apresentar seqüelas físicas permanentes.

Desta forma, estamos lidando com um fenômeno, que se não for bem atendido, pode ter como preço à vida ou o dano permanente de uma criança ou adolescente.

### **3.1.2 Violência sexual**

Por violência sexual entende-se ser todo o ato ou jogo sexual entre a criança e/ou adolescente e um familiar seja ele responsável legal ou não.

O abuso ou violência sexual é uma das formas mais graves de maltrato infantil, consiste na utilização de um menor para satisfação dos desejos sexuais de um adulto encarregado dos cuidados da criança ou alguém no qual este confie. Qualquer tipo de aproximação sexual inadequada que aconteça entre menores de diferentes etapas evolutivas e/ou uso de algum tipo de coerção (física ou emocional), também se considera abuso ou violência sexual.

Pode haver ou não contato físico e/ou uso de força física.

O abuso ou violência sexual reiterado não distingue classe social nem nível sócio-cultural, constitui um dos traumas psíquicos mais intenso e tem consequências sumamente destrutivas na personalidade da vítima.

Ex: apresentação de material pornográfico, uso de linguagem erotizada, carícias nos genitais e relações orais, anais e genitais.

### **3.1.3 Violência psicológica**

É a exposição constante da criança e/ou adolescente a situações de humilhação e constrangimento, através de agressões verbais, ameaças e cobranças e punições exageradas. Isto conduz a vítima a sentimentos de rejeição e desvalia, além de impedi-la de estabelecer com outros adultos, uma relação de confiança.

É uma forma de abuso mais difícil de ser identificada, porque não deixa marcas evidentes no corpo.

É a consequência da hostilidade verbal crônica em forma de burla, desprezo, crítica ou ameaça de abandono e constante bloqueio das iniciativas de interação infantil. Quem maltrata psiquicamente pode adotar atitudes tais como de humilhar a criança frente aos outros, priva-la de saídas e de sua integração social, utilizando para isto desde apenas evitar a socialização como até encerrar a criança em casa.

Pode-se ilustrar este tipo de maltrato dizendo que os filhos podem ser atingidos com atitudes, gestos e palavras, ou simplesmente rechaçando a individualidade da criança ou do adolescente de maneira tal, que impeça o seu desenvolvimento psicológico normal.

A violência psicológica é comumente camuflada pela sutileza das relações intra-familiares mas causa sofrimento e conduz a criança e/ou adolescente, a modelos de relacionamento igualmente perversos na sua vida adulta, levando a perpetuação deste tipo de violência.

O abuso psicológico também permeia toda as outras modalidades de abuso.

Rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito e punição exageradas são formas comuns desse tipo de agressão, que não deixa marcas visíveis, mas marca para toda a vida.

Em crianças em idade pré-escolar também podem ser indicadores de violência psicológica: condutas hipersexualizadas e/ou erótica; transtornos do sono, tais como pesadelos, terrores noturnos; condutas reversivas; enurese, retratação social; temores inexplicáveis ante pessoas ou situações determinadas.

Também podem ocorrer mudanças bruscas no rendimento escolar; problemas com figuras de autoridades; mentiras; fugas de casa; fobias; excessiva submissão frente ao adulto; coerção sexual dirigida às crianças; queixas somáticas tais como dores de cabeça e abdominais; delinquências.

Nos adolescentes alguns indicadores de abuso sexual são: prostituição; coerção sexual dirigida às crianças; promiscuidade sexual; drogadição; condutas auto-agressivas; delinquência; excessiva inibição sexual; transtornos dissociativos; anorexia e bulimia.

### 3.1.4 Negligência

De acordo com o Dicionário Aurélio, Negligência significa “*desleixo, descuido, desatenção, menosprezo, preguiça, indolência.*” Por outro lado, os estudos científicos internacionais sobre o fenômeno da Negligência de crianças e adolescentes, no plano doméstico, não compartilham de uma definição comum:

Segundo FLEDMAN et al, (1993) “é um padrão de comportamento constante e um estado inadequado da paternagem/maternagem quando comparada às normas da comunidade.”

Para ÉTHIER et al, (1995), “é uma grave omissão que coloque em risco o desenvolvimento da criança.”

Segundo BAILY et al (1985), “consiste em falha ao cuidar das necessidades de uma criança, falha raramente proposital, tratando-se de um inabilidade de comportamento dos pais.”

CHAFINN et al (1996) entende que há negligência quando “os pais deixam crianças muito novas sem supervisão por extensos períodos de tempo, fornecem cuidados e alimentação inadequados para a criança.”

Já MOUZAKITIS et al (1985) a negligência é

uma situação na qual o responsável pela criança, seja deliberadamente, seja por total falta de atenção, permite que ela experimente sofrimento e/ou ainda não consegue preencher para ela os requisitos geralmente considerados essenciais para o desenvolvimento das capacidades

físicas e emocionais de um ser humano. (MOUZAKITIS et al, 1985)

Ao invés de definição, outros autores, mostram ao leitor a forma pela qual se reconhece uma situação de negligência: as manifestações apresentadas pela criança dizem respeito a um processo de desenvolvimento e de crescimento retardados, a níveis variados de desnutrição, a enfermidades freqüentes – tanto graves quanto brandas – indo desde problemas nos ouvidos, garganta, pulmão, tórax, trato gastrointestinal até disfunções neurológicas.

De um modo geral, há negligência quando o adulto permanece junto ao filho (a), privando-lhe parcialmente e em grau variável de atenção adequada e necessária. Esta desatenção pode provocar quadros de desnutrição de segundo e terceiro grau, sem que haja a princípio nenhum fator orgânico determinante, descuido frente a situações perigosas e acidentes freqüentes, imunizações incompletas, deserções escolares, desconhecimento de atividade extra-familiares, desinteresse, etc.

AZEVEDO e GUERRA, em texto escrito em 1989, numa tentativa de resgatar a perspectiva social imbricada com o comportamento dos pais de crianças e adolescentes, colocam:

(...) a negligência se configura quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc., e quando **tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle** ... Quisemos enfatizar o relacionamento da negligência com as condições sociais de vida dos pais, aspecto este tão relevante em uma realidade como a brasileira. Evidentemente que se uma criança está mal alimentada porque os pais não conseguem obter dinheiro para fazer adequadamente, o caso não será de negligência. Entretanto, se todo o dinheiro conseguido e seria, por exemplo, para a alimentação da prole, e desviado para o consumo de bebidas alcoólicas, então poderia se configurar um cuidado negligente. (AZEVEDO e GUERRA, 1989) (grifo dos autores)

Entende-se que cada um dos níveis de necessidades não satisfeitos, determina sérias conseqüências no desenvolvimento da criança e/ou adolescente, que podem ir de óbito prematura à delinquência.

Entre as modalidades de negligência, encontramos: a médica, educacional, higiênica, de supervisão e física:

- a) Médica, incluindo a dentária: são as necessidades de saúde de uma criança que não estão sendo preenchidas;
- b) Educacional: os pais não providenciam o substrato necessário para a frequência à escola;
- c) Higiênica: quando a criança vivencia precárias condições de higiene;
- d) De supervisão: a criança é deixada sozinha, sujeita a riscos.
- e) Física: não há roupas adequadas para uso, não recebe alimentação suficiente.

Segundo AZEVEDO e GUERRA (1989), a negligência pode ser: severa e moderada.

- a) severa: nos lares das crianças submetidas a estas práticas os alimentos nunca são providenciados, não há roupas limpas, o lixo se espalha no chão, há fezes e urina pela casa; não existem rotinas para as crianças (dormem quando querem, fazem o que querem); são deixadas sós por muito dias, podendo vir a falecer de inanição, de acidentes. Segundo os autores, há nestas casas uma presença relevante do uso de álcool, de drogas pesadas como heroína, LSD, ecstasy, de quadros psiquiátricos complicados, de retardos mentais;
- b) moderada nos lares de crianças submetidas a estas práticas existem alimentos, estão cozidos mas com balanceamento errado; há sujeira nas casas mas sem as características do tipo anterior; há roupas limpas; as crianças são deixadas sós por algumas horas; os pais ignoram, por exemplo, um resfriado crônico mas levam ao hospital para emergências. (Apostila)

Portanto, fica caracterizada que a negligência é a violência causada pela omissão dos pais ou responsáveis em garantir cuidados e satisfação das necessidades da criança e/ou adolescente sejam elas primárias: alimentação, higiene e vestuário; secundárias: escolarização e lazer e terciárias: afeto e proteção.



### 3.1.5 Violência doméstica

O fenômeno da violência doméstica é intrafamiliar no Brasil e no Mundo e incide fundamentalmente sobre a vida e a saúde de crianças, idosos e, sobretudo, mulheres com sérias e graves consequências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento pessoal, comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos, mas também para o desenvolvimento econômico e social do país.

Tratando-se de situações relacionadas ao lar da criança, AZEVEDO e GUERRA conceituam a violência doméstica contra a criança e o adolescente, como:

Todo ato ou omissão praticados por pais, parentes ou responsáveis pela criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar dano físico, sexual e psicológico à vítima – implica de um lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO e GUERRA, 1995, p. 36)

Segundo Azevedo (1993), o modelo explicativo dominante da violência doméstica a crianças e adolescentes, em nível internacional, é um modelo interativo, em que as forças ambientais, as características do agressor e as características da criança ou adolescente atuam de maneira recíproca e dinâmica neste processo. Este modelo leva em conta que a realidade familiar, a realidade social e econômica estão organizadas como um sistema, composto de diferentes subsistemas que se articulam entre si de maneira dinâmica. Para Belsky, citado por Azevedo, os maus tratos infantis resultam da determinação de maneira múltipla de forças atuantes tanto na família, no indivíduo quanto na comunidade e na cultura e que estão inseridos.

Na verdade, não existe uma tipologia definida dos pais abusivos. Entretanto, algumas características são estatisticamente significativas. São elas: baixa idade, imaturidade, rigidez e inflexibilidade, baixa inteligência, e também terem sofrido abusos quando crianças. Parece que estes adultos abusadores, tendem a visualizar a criança como intrinsecamente má e atos infantis como atitudes maldosas, precisando de punição. (Farinatti, Biazus e Leite, 1993).

A violência doméstica é um problema que atinge milhares de crianças, adolescentes e mulheres. É um problema que não costuma obedecer algum nível sociocultural específico, como se pode pensar. Sua importância é relevante sob dois aspectos: Primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas, muitas vezes silenciosas; em segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica, incluindo aí a Negligência Precoce e o Abuso Sexual, pode impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

Afinal, se a criança e o adolescente não conseguem encontrar estabilidade em suas próprias casas, que visão levarão para o mundo lá fora? Os conflitos nas crianças podem resultar da disparidade entre o que diz a mãe sobre o medo de estranhos, e a violência sofrida dentro de casa, cometida por pessoas que a criança conhece muito bem. Além disso, a violência doméstica pode ainda perpetuar um modelo de razão agressiva e violenta nas crianças que estão com a personalidade em formação.

A violência doméstica, sob a forma de violência física, sexual ou psicológica, aparece como uma das principais causas de sofrimento para as crianças e/ou adolescentes. Este tipo de violência explica, em grande parte, o abandono dos lares por crianças e/ou adolescentes, que vivem nas ruas. Em muitas pesquisas feitas, as crianças de rua referem-se a maus-tratos corporais, castigos físicos, violência sexual e conflitos domésticos, como motivo para sair de casa.

Segundo COSTA,

A violência é portanto um fato da cultura e só existe em relação a uma lei, Psicanaliticamente falando, esta lei ou contrato diz respeito que todo sujeito tem de ocupar um lugar irreversível na cadeia das gerações e uma posição em face da diferença dos sexos, conforme o sistema de regras que ordena seu meio sócio-cultural. (1986, p. 96)

Atualmente, a violência doméstica é um tema que vem sendo discutido cada vez mais profundamente no Brasil. O surgimento da Delegacia da Mulher, com o intuito de inibir a violência praticada contra a mulher e estimular a sua denúncia e a promulgação

do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo Governo Federal brasileiro em 1990, com o claro objetivo de proteger as crianças e adolescentes da própria sociedade que os encerra, motivaram bastante a discussão desse tema.

### **3.1.5.1 Violência contra a mulher**

Ao longo da história a mulher tem sido vítima da discriminação. Este é um fenômeno milenar e universal, que ainda se apresenta como algo natural e aceito por uma parcela bastante grande da humanidade.

Mas a violência contra a mulher não é assunto novo, ela vem se arrastando pelo longo dos séculos. Durante muito tempo a violência contra a mulher foi legitimada pelo Estado e pela Igreja. Os tribunais ingleses, até o século XIX, reconheciam como direito do marido castigar a mulher. O Código de Napoleão, na França, também admitia os castigos físicos. No Brasil, as Ordenações do Reino permitiam ao marido “emendar a mulher das más manhas pelo uso da chibata”.

A violência contra a mulher é resultado de um processo que começou há milênios, quando ela foi retirada da produção e o seu trabalho no espaço doméstico, passou a ser desvalorizado. A partir daí, tornou-se propriedade privada do homem, que podia decidir sobre sua vida, como a de um escravo. Por muitos séculos, os abusos se perpetuaram. Conta a história, que no Brasil, até 1962, para se estabelecerem como comerciantes, as mulheres necessitavam de autorização expressa do marido.

Mas o que seria uma agressão contra a mulher? Seria somente, lesão corporal? Não, cremos que não, pois o pior tipo de arma utilizada para uma agressão é sem sombra de dúvidas, as que vem de outros instrumentos como as pequenas ofensas verbais e morais

Estudo feitos pela professora MIRIAM GROSSI, da Universidade Federal de Santa Catarina, revelaram que ao contrário do que o senso comum imagina, durante

quase a totalidade desses últimos 200 anos, coube ao “pai de família” o controle e o uso da violência no espaço doméstico, sem que este fosse considerado crime.

Ainda hoje, na maioria dos “lares”, o homem é considerado o “rei”. E ele se aproveita desse falso título, para ditar regras, mandar, dominar, espancar e estuprar. Os fins de semana são os dias preferidos para o seu deleite e “belprazer”. Vai ao bar ou ao botequim, “enche a cara de cachaça”, volta para casa e se sente o “todo poderoso”. Na segunda-feira, dia de fazer queixa na delegacia da Mulher, fazer exame de corpo-delito, no Instituto Médico Legal – IML, ou, quem sabe, estar no IML fazendo uma autópsia. Por mais cruel que pareça, esta é a realidade dos fatos, quando o assunto é violência contra a mulher, a criança mulher, a adolescente mulher, a jovem mulher, a rica mulher, enfim, a todas as mulheres.

Na verdade, a agressão não escolhe raça, idade e classe social. Não existem estatísticas entre as classes sociais no que se refere as agressões. A única diferença é que, as mulheres de classe social mais elevada, acabam por não darem queixa das agressões sofridas por seus maridos, namorados, companheiros, etc. São vários os motivos que as fazem calar, entre eles, dependência financeira, medo, vergonha, etc.

A gravidade da violência contra a mulher, em todos os estados brasileiros, levou o governo a criar um órgão especial: a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher cujo objetivo é prestar um serviço de atendimento público às mulheres em situação de violência no país, para tentar amenizar o grau de violência que cresce assustadoramente.

Em reportagem registrada na *Folha de São Paulo*, Sérgio Torres diz que no Rio de Janeiro a violência contra a mulher nunca foi tão grave. Segundo a reportagem,

(...) a cada cinco dias, seis mulheres são assassinadas. Por dia, quatro são estupradas e 85 agredidas. No ano passado, a secretaria contabilizou 1.387 estupros, 448 mulheres assassinadas e 31 mil vítimas por lesões corporais. Isso sem contar os casos em que a vítima não procura a delegacia, que a secretaria presume serem milhares. (TORRES, 1999, p. 4)

O espancamento e o assassinato conjugal são reconhecidos no Brasil como as principais violências que sofrem as mulheres, em razão da grande mobilização feminista ocorrida no final dos anos 70 no país, contra os assassinatos e em defesa da honra.

No final da década de 80, foi realizada uma pesquisa pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde ficou constatada que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico brasileiro, eram mulheres.

Embora a maior parte dos estudos tenha se detido nos tipos de violências sofridas que são registrados nos Boletins de Ocorrência: ameaça estupro, maus tratos, sedução, abandono, atentado violento ao pudor, seqüestro em cárcere privado, homicídio, outras agressões são freqüentes; a falta de comunicação com o marido é uma delas. Ainda a destruição de móveis, eletrodomésticos e roupas, percebida como agressões físicas, como se os objetos fossem a extensão do próprio corpo; ainda, a doença de nervos como fruto da tensão conjugal.

Como se não bastassem todos esses tipos de violência, há ainda, a que diz respeito a discriminação tanto na educação, quanto no trabalho.

Segundo pesquisa da OIT (Organização Internacional do Trabalho) o percentual de mulheres em cargos de direção em todo mundo é inferior a 20%.

Conforme dados da PNDA (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) as mulheres chefiam 24,3% das famílias brasileiras. Como elas ganham em média 50% menos que os homens, exercendo funções iguais, acontece então o que denominamos de “feminização da pobreza”.

Em nível mundial, estima-se que, dos 1,3 bilhões de pobres que existem no mundo, 70% sejam mulheres.

Mas as mulheres vêm resistindo a essa discriminação organizando-se de deferentes formas, em diferentes movimentos buscando uma transformação social, uma

nova ordem social. Desde quando existem essas mobilizações e organizações de mulheres?

O movimento de mulheres no Brasil, para alguns autores, é algo novo. Entretanto, o movimento de mulheres atual tem, sem dúvida, características inovadoras, mas suas origens estão presentes em lutas anteriores, tendo como protagonistas mulheres estudadas ou lideranças populares, negras nos quilombos, trabalhadoras no mercado de trabalho ou, ainda, aquelas que participam de acontecimentos políticos.

#### **3.1.5.1.1 Violência contra a mulher, no âmbito doméstico**

Falar sobre violência contra a mulher, no âmbito doméstico implica abordar a questão do sofrimento intenso que a acompanha, sempre disseminado no ambiente em que ela ocorre, pois a mulher é constantemente ameaçada pelo homem com quem divide a sua vida afetiva seja ele marido, namorado ou companheiro.

Para distinguir violência contra a mulher de violência doméstica, valer-se-á de dois conceitos, extraídos de um Glossário, publicado pelo Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos no Brasil. Conforme HERMANN,

Violência contra a Mulher – é qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado, motivada apenas pela sua condição de mulher.

Violência intrafamiliar/violência doméstica – é a violência perpetuada no lar ou na unidade doméstica, geralmente por um membro da família que viva com a vítima, podendo ser esta homem ou mulher, criança, adolescente ou adulto (a). (HERMANN, 2000, p. 143)

Segundo a autora, dentro desta ótica, a violência doméstica assim concebida, não é sinônimo de violência contra a mulher.

No entanto, entende-se por violência contra a mulher, todo e qualquer ato

agressivo que possa ser aferido num Boletim do Instituto Médico Legal, ou seja, assassinatos, lesões corporais fruto de espancamento, estupro, etc. . Já como violência doméstica, todas as agressões sofridas no âmbito do casamento, ou seja, a violência praticada por um ou mais membros da família, que viva com a vítima, e que aumente a insegurança colocando em risco a sua própria vida.

Em se tratando de violência doméstica, aqui restrita especificamente a violência contra a mulher, considera-se que esta tem características peculiares frente a outras situações de agressão ou repressão, por ser no espaço em que ocorre, pelos atores que intervêm e por um conjunto de fatores psicológicos que estão em jogo, e que tudo isso determina uma completa e não sempre clara significação e percepção do problema em pauta.

MIRIAM GROSSI, grande estudiosa sobre a problemática da violência em relação a mulher, assim se posiciona sobre o que chama de “ciclo da violência doméstica”, que segundo ela, “é uma explicação norte-americana para a violência conjugal que parte de teorias sistêmicas”.

Entende GROSSI (1998, p. 9), que o “ciclo da violência doméstica” é como uma gangorra. E que “são raros os momentos onde os dois que nela estão consegue permanecer na mesma situação, há sempre um em cima e outro em baixo”. E exemplifica com uma pequena cena, que pode ser verificada no dia-a-dia.

O marido embriagado bate na mulher. Ela chora, se lamenta para vizinhos, dá queixa na delegacia, etc. A situação de vítima da violência masculina dá poder a mulher, uma vez que o espancador é reprimido socialmente por seu ato, afinal ‘em mulher não se bate nem com uma flor’. O homem se recupera, passa a chegar cedo em casa, não bebe mais no bar. A relação de poder que a vitimização confere a mulher começa a diminuir. Aos poucos o homem vai retomando o poder, a mulher se submetendo até uma nova crise onde tudo recomeça. (GROSSI, 1998. p. 9)

Como se pode observar, esta corrente ajuda a pensar sobre o papel nas relações de gênero pois mostra, de alguma forma, que a igualdade entre homem e mulher numa

relação de casal é raramente possível e que, geralmente, as situações de equilíbrio de poder são a fonte de violência masculina, pois os homens se sentem ameaçados pela possibilidade de dividir o poder com as mulheres.

Costuma-se classificar em três tipos a violência contra a mulher: a violência sexual, a violência física e a violência psicológica. A violência sexual, que vai desde o assédio, as gracinhas e as propostas indecentes, até o estupro com morte. A violência física, que vai desde o espancamento, as agressões, as lesões corporais, até o assassinato. E a violência psicológica, que atua em cima da auto-estima da mulher. Esta é a mais sutil e a mais perversa.

No Brasil, os dados sobre a violência física contra a mulher, indicam que tanto a população branca quanto a negra são igualmente vítimas do homem.

Das agressões mais comuns de violência, dentro dos lares brasileiros, destacam-se a lesão corporal, a ameaça e o estupro.

A REVISTA ISTO É (1995) traz um exemplo típico de violência contra a mulher, narrado por TEIXEIRA e ALZUGARAY. Diz o referido artigo:

Um exemplo é a empregada doméstica baiana Maria Rodrigues da Silva, 17 anos. Durante três meses, ela foi mantida em cárcere privado por sua patroa, Maria das Graças Moura, 38, numa chácara, em Salvador. Após escapar do cativeiro, em julho desse ano, Maria José tinha hematomas nos braços, lesões nas mãos e marcas de mordidas em todo o corpo. Agora, a garota terá que se submeter a uma cirurgia de correção no nariz para sanar lesões causadas por pancadas com um cinzeiro. (REVISTA ISTO É/1352-30/8/95, p. 36)

Como se vê, o exemplo acima descrito, mostra as diversas formas que pode se apresentar em uma lesão corporal; Agressões físicas como socos, bofetões, pontapés ou agressões com qualquer tipo de objeto capaz de machucar ou prejudicar a saúde da pessoa.

A lesão corporal pode ser de natureza leve, grave ou gravíssima.



A ameaça é outro tipo de violência muito comum, empregado pelo homem contra a mulher. Pode ser feita por palavras, gestos, objetos tais como armas, tesouras, facas, martelos, machados, etc.

Por ameaça entende-se o ato de intimidar, causar medo ou prometer fazer algum mal a alguém ou a pessoa de sua pessoa, no caso, a mulher. Perante a Lei, a ameaça vai desde a agressão física até a ameaça de morte propriamente dita.

Segundo HERMANN (2000, p. 162), com o advento da lei nº 9099/95, “a vítima teve facilitada sua deserção, já que o crime de lesões corporais leves passou a ser de ação penal pública condicionada, dependente de representação do ofendido para o seu processamento”. (Lei nº 9099/95, art. 88)

O estupro parece ser um dos crimes considerados socialmente como um dos mais condenáveis na cultura brasileira, tanto que é uma prática corrente nas cadeias e prisões de que o acusado de estupro é violentado por seus companheiros de cela. Num país onde a impunidade ainda é uma regra bastante comum para muitos crimes e, onde a Justiça é percebida como lenta e ineficiente, a “justiça com as próprias mãos” para o crime de estupro, é percebida como “ilegal porém justa”, para grande parte da população.

Porém, nem sempre a mulher é vítima. Quando o homem não está presente ela se torna toda-poderosa, com relação aos filhos, e podem ocorrer casos de agressão contra as crianças e/ou adolescentes. Em decorrência de sua melhor força física e da tolerância da sociedade em relação à violência masculina, a mulher tende a se especializar na violência verbal.

De qualquer maneira, a violência doméstica não é uma exclusividade brasileira. Atinge os países e culturas, com formas e incidências variadas. Não existe no Brasil um tipo de violência contra a mulher, como a ablação do clitóris e a sutura dos grandes lábios da vulva, comuns em países africanos, ou a prática do sati, o costume indiano que obriga a viúva a imolar-se na mesma pira em que é cremado o corpo do marido.

Há oscilações dos direitos da mulher mesmo em sociedades mais antigas. Na França, por exemplo, qualquer relação sexual entre cônjuges que não seja consentida é considerada estupro – o que não ocorre no Brasil, onde a mulher deve estar sempre disponível para o companheiro.

Na Grã-Bretanha a mulher que mata o marido normalmente recebe pena maior que o assassino da esposa. A lei inglesa parte do princípio de que, como a mulher é mais fraca fisicamente, só conseguirá matar um homem se houver premeditação. Esta constitui um agravante, que eleva a pena.

No Brasil, quando os homens assassinam suas companheiras, em geral, ou não são punidos ou são apenas brandamente, pois se considera como atenuante muitas vezes alegado o estado de forte emoção do indivíduo.

### **3.1.6 Violência sexual contra a criança e o adolescente**

A questão da violência sexual, contra crianças e adolescente, reverte-se de grande complexidade. Suas interfaces são inúmeras e precisam ser sempre analisadas de modo abrangente e articuladas. Trata-se de um problema mundial, que não se restringe a grupos exclusivos, às cidades ou a determinadas regiões ou estados. Está presente em todas as classes sociais e em todas as áreas.

Por ser ilegal, clandestina e em grande parte doméstica, a violência contra as crianças é um fenômeno ainda pouco visível e difícil de ser qualificado. no entanto, diversas informações, inúmeros depoimentos, denúncias, dados e estudos recentes realizados têm propiciado avanços significativos.

Conforme AZEVEDO (1993, p. 38) “muito da violência doméstica contra crianças e adolescentes reveste-se de caráter sexual”.

Os abusos sexuais e outras formas de violência, ligados à sexualidade contra

Os abusos sexuais e outras formas de violência, ligados à sexualidade contra menores, existem, em maior ou menor escala, em todos os países. O Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual das Crianças, realizado em 1996, em Estocolmo, teve o grande mérito de chamar a atenção sobre este problema, favorecendo, de certa forma, uma tomada de consciência por parte de políticos, educadores, pais e do público em geral.

A violência sexual se constitui em atos libidinosos<sup>6</sup> praticados contra a vontade de uma pessoa. Os atos libidinosos em si não caracterizam uma violência, pois são atos extremamente prazerosos, mas tornam-se uma violência quando são forçados. Quando se trata de uma criança, sabe-se que atos sexuais com adultos ou precoces prejudicam seu desenvolvimento e que sua imaturidade não lhe permite definir seus desejos e limites frente ao adulto. É por isso que a lei presume a violência sexual sem provas de resistência por parte da vítima se esta não é maior de 14 anos (Código Penal: Art. 224). Adolescentes, por estarem numa fase de transformação e transição de infância para a vida adulta, estão experimentando e exercitando sua sexualidade. Os atos libidinosos entre adultos e adolescentes, então, não sempre podem ser interpretados como violência e devem cuidadosamente serem avaliados.

As principais formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são: Incesto, pedofilia e mutilações sexuais.

### **3.1.6.1 Incesto**

O incesto constitui um tema central de mitos criados em algumas culturas. Na Grécia antiga e no velho testamento há muitas histórias de relações incestuosas. A mais famosa é a de Lot com suas duas filhas.

O incesto é universalmente proibido e condenado por lei, em todos os países, com modalidades diferentes, com maior ou menor rigor. No entanto, os abusos sexuais

---

<sup>6</sup> relativos ao prazer sexual.

contra crianças e adolescentes são praticados nos lares, pelos próprios parentes (pais, avós, tios, irmãos). Padrastos, cunhados e companheiros das mães também agredem sexualmente as crianças e adolescentes dentro do lar.

Estudo feito no Brasil por Cohen (1993), indicam que 62% dos casos de abusos sexuais ocorrem dentro da família, sendo mais comum o incesto pai-filha.

Também as relações incestuosas entre irmãos ocorrem com certa frequência.

Em geral, o incesto pode constituir num ato de violência física ou afetiva ou de abuso de autoridade. Raramente há o consentimento da vítima e quando se trata de crianças muito jovens, elas não compreendem bem o que os pais estão lhes fazendo.

Como diz FURNISS:

Espera-se que o pai em seu papel de progenitor, trace as fronteiras adequadas. Isso significa que mesmo que uma criança se comportasse de uma maneira abertamente sexual, comportamento que cada vez mais aprendemos a ver como resultado de abuso anterior e não como ponto de partida, e mesmo que as crianças fossem abertamente sedutoras e tentassem iniciar o abuso sexual, como por exemplo entrando no quarto do pai de modo sexualmente convidativo, seria sempre responsabilidade do pai estabelecer limites. Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete abuso satisfaz seu próprio desejo sexual em resposta da necessidade da criança de cuidado emocional. (1993, p. 21)

Na verdade, as crianças pedem amor e os pais abusivos lhes dão sexo.

O coito é mais freqüente no incesto do que nos casos de pedofilia, sobretudo se a criança tem mais de 12 anos. Mas a relação incestuosa é, geralmente, mais duradoura – até acima de 3 anos – do que a relação com um pedófilo.

Para FORWARD e BUCK, citado por AZEVEDO et al, (1990),

O incesto é poderoso. Sua devastação é maior do que a das violências sexuais não-incestuosas contra crianças, porque o incesto se insere nas constelações das emoções e dos conflitos familiares. Não há um estranho de que se possa fugir, não há uma casa para onde se possa escapar. A criança não se sente segura nem mesmo em sua própria cama. A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto; ele abala a totalidade do mundo da criança. O agressor está sempre presente e o incesto é quase sempre um horror contínuo para a vítima. ( p. 87)

O incesto pode refletir uma interação complexa dentro do sistema familiar, problemas sexuais entre os pais. De qualquer forma, revela relações afetivas perturbadas ou pelo menos ambivalentes entre o pai incestuoso e a filha. O incesto não ocorre somente em lares pobres onde os indivíduos vivem as más condições de alojamento. Ocorre também em famílias aparentemente constituídas, em lares abastados. Por outro lado, os pais incestuosos não são só obrigatoriamente delinquentes, alcoólatras, violentos. Há os que têm uma boa posição social e profissional e gozam do respeito e até mesmo de prestígio na sociedade. Estudos feitos por AZEVEDO e GUERRA (1990) informam que cerca de 50% dos casos de estupro em São Paulo são praticados pelos pais biológicos das vítimas e que mais de 50% destes ocorrem em pessoas das classes médias e alta.

Segundo o estudo feito no Brasil por COHEN (1993), em geral as vítimas de incesto têm entre 3 e 18 anos de idade. Já nos Estados Unidos, estudos feitos por Geer (1984) informam que a idade média das vítimas é de 12 a 15 anos.

Para COHEN (1993, p. 88) é “difícil fazer uma avaliação real da frequência das violações do tabu do incesto, pois é sabido que as ‘cifras negras’ deste tipo de violência são grandes”. Ele acredita que: “(...) este silêncio, frente à sociedade, ocorre por vários motivos: temor pela reação da própria família; para manter a aparência da ‘sagrada família’; por conivência entre as pessoas que sabem do fato e não o denunciam; por uma idéia de que nada pode ser feito para resolvê-lo; por ser um assunto tabu; por não se saber o que fazer”.

Em muitos casos, a mãe é conivente seja por silêncio, seja pela atitude de

negação ou de ignorância que adota.

Muitas das vítimas do incesto não denunciam seus agressores e em outros casos só conseguem fazê-lo anos depois, vivendo sozinhas seus sofrimentos e traumatismos. Segundo FERRACUTI, 1988, citado por COHEN, 1993, das 60 ou 100 mil meninas vítimas de incesto, nos Estados Unidos, 20% dos casos são denunciados.

As estatísticas sobre os casos de incestos e de abusos sexuais de crianças, em geral, indicam um aumento nos últimos anos, em vários países. Quanto ao aumento no número de denúncias, deve-se a divulgação de informações pela imprensa e a mídia, em particular a televisão. Por outro lado, tem-se criado em muitos países centros de atendimento às vítimas de abusos sexuais, tornando mais fácil a procura de ajuda por parte delas.

No Brasil, a questão passou a ser melhor enquadrada, do ponto de vista jurídico, com a promulgação da Constituição de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 que instituíram princípios de proteção aos menores contra os maus-tratos, em geral, e contra os abusos sexuais, em particular.

### **3.1.6.2 Pedofilia**

A pedofilia consiste no abuso sexual de crianças por um adulto, geralmente homem. Há os pedófilos que preferem exclusivamente crianças do sexo masculino, os que preferem as do sexo feminino e outros os dois sexos. As vítimas do sexo feminino são mais numerosas. Por outro lado, há preferências também em relação à idade das crianças: pré-púberes, púberes, adolescentes e até mesmo crianças bem pequenas.

Segundo a classificação internacional das moléstias, feitas pela Organização Mundial da Saúde, a pedofilia foi inscrita no capítulo das perversões sexuais, em 1965, como “*desvio*”, em 1973, e finalmente com distúrbio da preferência sexual, em 1993.

Os casos de pedofilia mais explorados na mídia, e que são objeto de condenação policial, são os que implicam violência física grave, indo até ao assassinato das vítimas. Em 1996 a Bélgica enfrentou um escândalo com a descoberta de um verdadeiro tráfico de adolescentes, algumas das quais foram assassinadas pelo (s) responsável (s). O escândalo foi maior porque foram acusadas as autoridades judiciárias e policiais de estar acobertando o (s) delinquente (s).

Embora haja vários casos revelados de pedofilia pelo mundo afora, há um tipo de agressão sexual de crianças chamado de pedofilia “ordinária” que se infiltra na família. Os indivíduos responsáveis por este tipo de agressão, se infiltram tanto nas famílias como junto a organizações e centros destinados a crianças. Tornam-se amigos das famílias onde se encontram as crianças que eles querem seduzir. Geralmente são competentes e dedicados educadores, ou responsáveis por corais, por equipes esportivas, e escolhem justamente uma profissão que lhe proporcione uma cesso mais fácil de abordar as suas vítimas. Geralmente esses indivíduos exercem um poder de sedução sobre as crianças, sem atrair suspeita dos familiares quanto as suas reais intenções. Muitos dos indivíduos pedófilos são bastante inteligentes, casados e pais de família e por isso “insuspeitos”. Não diferem aparentemente dos demais indivíduos por características particulares. Pertencem a todos os meios sociais e profissionais. Mas há também os pedófilos deficientes intelectuais, imaturos e os perversos, responsáveis pela prática de violência física contra as crianças.

Quando a posição que ocupam junto às crianças não permite aos pedófilos seduzi-las, sem propriamente forçá-las, recorrem às ameaças, às promessas e quando se trata de vítimas pobres, principalmente em países do Terceiro Mundo, procuram “comprá-las” com presentes ou dinheiro. Há redes de pedófilos em quase todos os países. Elas produzem e promovem a circulação de publicações pornográficas, com fotografias de crianças e adolescentes. Por outro lado, a Internet veio favorecer os encontros para o pedófilos. Eles obtêm endereços programam encontros, assistem a filmes pornográficos de 5 a 6 minutos (ou mais), cujos “atores” são crianças. Para ter acesso às “boutiques pronográficas”, basta um pagamento mínimo de 10 dólares e a introdução de duas palavras-chave e do fornecimento do número da carta de crédito.

Os pedófilos contam não só com o silêncio das vítimas, por medo ou vergonha, mas com a complacência de responsáveis pelas instituições onde eles atuam. Vários escândalos, envolvendo elementos do clero em alguns países desenvolvidos, em particular, professores e diretores de escolas católicas, foram abafados. O mesmo ocorreu na França com membros do ensino público e privado. Procura-se, assim, evitar que estes escândalos prejudiquem as instituições em questão. Na Irlanda o primeiro-ministro foi demitido por ter acobertado violências sexuais contra crianças por parte de eclesiásticos importantes.

Por outro lado, as denúncias de pedofilia têm-se multiplicado nos últimos anos, em muitos países, dando, às vezes, a impressão de que existe atualmente uma verdadeira “caça aos pedófilos”. Esta multiplicação nos países europeus, envolvendo indivíduos de vários meios sociais e profissionais, sejam eles educadores, eclesiásticos, médicos e/ou outros profissionais, sobretudo após o caso trágico do assassinato de quatro meninas belgas por parte de um pedófilo, não significa, necessariamente, que o número de casos está aumentando nesta proporção. Ao que parece, a divulgação do problema, por meio da mídia, tem encorajado as vítimas e suas famílias a denunciarem os agressores das crianças e adolescentes. Dessa maneira, aos poucos, está se rompendo a chamada “lei do silêncio” que por tantos anos cercou os casos de pedofilia.

Por outro lado, vem aumentando cada vez mais nos países em desenvolvimento o chamado “turismo sexual, por parte, sobretudo, de turistas ocidentais, com a exploração de crianças e adolescentes. Por incrível que pareça não são apenas pedófilos que se entregam a exploração sexual, mas também indivíduos em busca de aventuras sexuais com jovens, cada vez mais jovens, em países exóticos. Dessa forma vem crescendo, cada vez mais, a prostituição infantil entre as classes menos favorecidas economicamente, principalmente em países pobres. Em virtude da situação de miséria das famílias, não raro, existem pais que aceitam a exploração dos próprios filhos.

WEREBE (1998) trás importantes informações sobre o turismo sexual de crianças e adolescentes. Segundo ela:



A Ásia é uma das regiões mais atingidas pelo 'turismo sexual', graças a verdadeiras máfias que se encarregam de raptar, 'comprar', prostituir crianças. É o que vem ocorrendo na Tailândia, nas Filipinas, em Sri Lanka, Nepal e mesmo no Vietnã e no Camboja (que se abriram ao turismo recentemente). Outros países também conhecem o problema: na África, na América do Sul (sobretudo na Colômbia e no Brasil) e nos países europeus ex-comunistas. Na Índia (um dos países mais atingidos pela prostituição infantil), 100 mil prostitutas trabalham em Bombaim, sendo que duas sobre 10 têm menos de 18 anos e uma sobre 10 menos de 15. Os proprietários de bordéis recrutam ('compram') crianças cada vez mais jovens, porque com o medo da Aids os 'clientes' exigem crianças virgens ou pré-púberes. (WEREBE, 1998, p. 90-91)

Em ordem decrescente, os maiores contingentes dos "turistas sexuais", são compostos por americanos alemães, australianos, britânicos, franceses, japoneses e canadenses.

Visando amenizar esse problema, em 1996, no Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual das Crianças, os participantes procuraram propor medidas visando solucionar a extensão da prostituição infantil, também conhecida como "nova forma de escravidão".

Vários artigos da Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança (1989), assinada ou ratificada por 188 países, concernem especificamente à exploração sexual. Os países signatários devem proteger as crianças contra "toda forma de violência, atentado ou brutalidades físicas ou mentais, inclusive a violência sexual". (art. 19); impedir que as crianças sejam "incitadas ou obrigadas a ter uma atividade sexual ilegal, exploradas com fins de prostituição ou outras práticas sexuais ilegais, exploradas para fins de produção de espetáculos ou de material com caráter pornográfico". (art. 34).

Vários países têm reforçado suas leis relativas às violências sexuais contra crianças. No entanto, a questão é complexa, sobretudo quando se trata de turismo sexual.

Em função disso, os responsáveis pela “máfia do sexo” agem até certo ponto livremente e impunes. Alguns são condenados, mas constituem as exceções. Segundo dados registrados por WEREBE,

Nas Filipinas, em 1995, um australiano foi condenado a 17 anos de prisão pela violação de uma menina de 12 anos; na Tailândia, um alemão foi condenado a 43 anos de prisão pro abuso sexual de crianças e comércio de pornografia; na Indonésia, em 1996, um sádico foi preso, suspeito de ter assassinado oito menores de 9 a 15 anos, no espaço de 2 anos e quatro homens foram presos por reconhecerem ter violentado criança de rua. (WEREBE, 1998, p. 91)

Mas o triste neste quadro é constatar que algumas destas crianças lamentaram a interrupção do comércio sexual que lhes permitia ganhar o suficiente para sobreviver.

### **3.1.6.3 Mutilações sexuais**

As mutilações sexuais, excisão e infibulação, das crianças do sexo feminino constituem uma outra forma de violência sexual.

Elas existem desde os tempos mais antigos, encontrando-se testemunhos de que já ocorriam no começo da era cristã. Atualmente, são freqüentes, sobretudo, em algumas regiões da África. Segundos dados fornecidos pela ONU, e registrados por WEREBE (1998, p. 92), anualmente, dois milhões de meninas de 4 a 12 anos ao submetidas à excisão do clitóris e à infibulação, em vários países africanos. O relatório de 1997 do FNUAP informa que 120 milhões de mulheres já foram submetidas a esta prática no mundo. Em consequência das mutilações genitais, muitas destas crianças morrem. Também na Ásia, no sul da península arábica, na Malásia e na Indonésia, a prática das mutilações são constantes. Também na América Latina alguns núcleos limitados aparecem existir, em algumas tribos indígenas da Amazônia peruana e venezuelana. Calcula-se que haja mais de 70 milhões de mulheres que sofrem estas mutilações.

### 3.1.6.3.1 Excisão e infibulação

A excisão compreende a destruição por vários meios, parcial ou totalmente, das estruturas eréteis e dos pequenos lábios. Em alguns casos, ela se limita a amputação do clitóris e no caso da infibulação inclui o processo de oclusão vulvar, costurando-se também os grandes lábios. Deixa-se substituir um pequeno orifício para saída da urina e da menstruação. Por ocasião do casamento, a mulher deverá sofrer uma nova intervenção para abertura da vagina.

A idade em que as mutilações são praticadas varia segundo o país. Em alguns casos, elas ocorrem no período neonatal, em outros elas são praticadas na infância, de 3 a 10 anos, na puberdade ou na adolescência ou depois dos 20 anos, sendo possível também em qualquer idade.

Embora o termo excisão signifique a ação de cortar, ela pode ser obtida não só com a utilização de um instrumento cortante, como faca, lâmina, sílex, mas também por outros meios: fogo, cáusticos, ligaduras, esmagamento, etc.

Na maioria dos casos, as mutilações sexuais são feitas por uma mulher de certa idade, parteira ou matrona, pertencente ou não ao grupo étnico no qual elas se realizam. Os rituais, que acompanham a operação, variam segundo os países e os grupos étnicos.

Muitas vezes, estas intervenções são realizadas em ás condições do ponto de vista higiênico, dos instrumentos utilizados, das pessoas que as praticam. Em consequência, além dos traumatismos psicológicos, podem provocar hemorragias graves e infecções que chegam a ser fatais.

Na verdade, as mutilações sexuais femininas sempre tiveram por objetivo, interferir na sexualidade da mulher. A ablação do clitóris tem como consequência a privação de um órgão importante para o prazer sexual da mulher. É interessante assinalar que a amputação do clitóris, por exemplo, foi recomendada em casos de ninfomania e como um meio de eliminar a prática da masturbação, preconizada

principalmente na Inglaterra no século XIX.

Segundo ERLICH (1986, p. 66), diversas fontes relatam vários casos de infibulação feminina realizados num contexto médico-legal em alguns países da Europa no século passado. Mais adiante, afirma que a castração cirúrgica das mulheres por dismenorréia e distúrbios nervosos constitui outra manifestação de misoginia ativa por parte de certos médicos do fim do século passado, na Alemanha e nos Estados Unidos. Que na França, foram realizados 26 casos de operações deste tipo com resultados medíocres. E o fato mais surpreendente é o de que há médicos que praticam atualmente clitoridectomias “culturais” ou “religiosas” na Europa. Conta que em 1977, um cirurgião sueco foi denunciado por “curiosas práticas” por um jornal médico; e que um cirurgião londrino declarou, segundo um periódico médico (1982), efetuar regularmente operações deste tipo por razões “culturais ou psicológicas”. Apesar destas práticas que são um verdadeiro atentado contra as mulheres e adolescentes, as legislações européias acordaram e têm proibido as mutilações sexuais femininas como por exemplo, na Suécia (1982), na Suíça (1993) e na França (1981).

Conforme WEREBE (1998), no Sudão, em 1940, a excisão foi oficialmente abolida, mas a prática continuou. No Egito, em junho de 1997, um ano após a publicação de um decreto, imposto pelo Ministério da Saúde proibindo a prática da excisão, o tribunal administrativo do Cairo anulou este decreto, atendendo a um pedido dos islamitas, com o objetivo declarado de controlar os desejos sexuais das futuras mulheres. Os islamitas egípcios fizeram desta prática um tema de batalha na luta pela “islamisação” do país, quando na verdade a excisão não constitui uma prática própria do Islã, como declarou o cheik de El Azhar, considerado como a autoridade suprema em matéria de direito muçulmano sunita. A ministra guineana dos Assuntos Sociais, da Promoção Feminina e da Infância declarou que ao se pedir aos chefes religiosos que explicassem às mulheres que as mutilações sexuais das meninas não eram prescritas pela religião, pôde-se reduzir pela metade o número desta prática no país. (AULAGNON, 1997)

Inúmeras campanhas desenvolvidas, sobretudo nos países ocidentais, têm

procurado influir na abolição destas mutilações. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1958, convidou a Organização Mundial da Saúde a refletir sobre o problema, tendo em vista a supressão destas mutilizações. Mas esta organização considerou que o estudo da questão não era de sua competência. Em 1991, a Organização mudou sua posição, colocando recursos para apoiar ações contra as mutilações. Em diversos colóquios e encontros internacionais, a questão foi evocada, condenando-se as mutilações sexuais femininas.

Em muitos países onde estas práticas existem tem se registrado também protestos, campanhas e até mesmo a tomada de posição por parte dos governantes: no Sudão, no Senegal, em Haute-Volta, na Guiné.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (HCR) organizou um simpósio sobre os pedidos de asilo motivados pela ameaça de excisão.

Na Conferência Mundial sobre as Mulheres, de Nairobi, em 1985, as mutilações sexuais foram condenadas. Condenação igualmente secreta foi adotada na última conferência, em Beijing, em 1995.

Apesar de todos estes movimentos e contestações não conseguiram resolver a questão, que é bastante complexa. As pressões culturais, que existem nos países onde as práticas são adotadas, pesam sobre os homens e, em particular, sobre as mulheres.

Dada a extrema complexidade de que se reveste, o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes precisa ser obrigatoriamente situado em seu contexto histórico, cultural, econômico, político e jurídico.

### **3.1.7 A relação adulto/criança na sociedade brasileira**

A relação do adulto com a criança é uma relação assimétrica, mas não necessariamente com abuso de poder. Infância e família, como pensadas atualmente, são

conceitos históricos. Crianças sempre existiram, mas não a presente preocupação com a infância. Interessar-se por todos os filhos, obcecar-se com os problemas físicos, morais e sexuais da infância, faz parte de nossa cultura. ARIÈS (1981) nos fala como os colégios se desenvolveram extraordinariamente a partir do século XV, decorrência desta preocupação nova dos pais com a educação das crianças. Inclusive, é através deste interesse na infância, que surgiu um regime disciplinar extremamente rigoroso, o qual teve como um dos resultados, um aumento inicial do castigo corporal.

A desigualdade estrutural da sociedade brasileira está determinada não só pelas relações de dominação entre as classes sociais mas também pelas relações de dominação entre as classes sociais mas também pelas relações de gênero e raça. a desigualdade, além do mais, está atravessada pelo autoritarismo inerente à formação nacional. o autoritarismo aparece claramente nas relações adulto/criança.

De modo geral, a criança e o adolescente não têm sido considerados como sujeitos, mas como objeto da dominação dos adultos; são explorados no trabalho e no plano sexual, vivendo em estado de submissão. As relações dominantes de gênero e raça, por sua vez, evidenciam-se no fato de que a grande maioria das crianças, vítimas de abuso e exploração sexual pertence ao sexo feminino e, dentro deste grupo, um grande número é integrado por mulheres negras e mulatas.

A pobreza é condição fundamental para que milhares de crianças e adolescentes se transformem em grupos vulneráveis ao abuso sexual e a outros tipos de violência. A pobreza indica não só que há exclusão social, mas também que muitas crianças e adolescentes estão permanentemente expostas ao risco da prostituição, apontando, de modo eloqüente, para o quanto é imprescindível para o país uma política de distribuição de renda e de promoção social. É inegável que a pobreza abre espaços para a exploração sexual e a exploração do trabalho infantil, estimulando também a violência em suas múltiplas facetas. Dentre outras coisas, as desigualdades sociais e econômicas tornam difícil, para um grande contingente da população, a compreensão do que seja “cidadania”, a generalização da noção de direitos políticos e sociais como direitos de cada um e de todos.

#### **4. O USO DA INFORMÁTICA COMO AUXILIAR NO COMBATE A VIOLÊNCIA**

Na história da humanidade as sociedades humanas assistiram a quatro diferentes revoluções. No caráter dos intercâmbios sociais: revolução no falar, no escrever, no imprimir e na informática. Esta é um neologismo francês que tende a reunir na expressão o processo de informação através dos computadores.

Na educação, o computador tem provocado uma revolução por causa de sua capacidade de “ensinar”. As possibilidades de implantação de novas técnicas de ensino são praticamente ilimitadas e conta-se, hoje, com o custo financeiro relativamente baixo para implantar e manter laboratórios de computadores.

Em princípio, tudo isso causa insegurança nos professores que, num primeiro momento, tem sua substituição por máquinas e programas capazes de cumprir o papel antes reservado para o ser humano. Na verdade, o computador pode realmente provocar uma mudança no paradigma pedagógico e pôr em risco a sobrevivência daqueles que concebem a educação como simples operação de transferência de conhecimentos do professor para o aluno.

Conforme OLIVEIRA (2001, p: 92), a entrada dos computadores na educação, provavelmente, “será propulsora de uma nova relação entre os professores e alunos, uma

vez que a chegada desta tecnologia sugere ao professor um novo estilo de comportamento em sala de aula, talvez, até, independentemente da forma de utilização que ele faça deste recursos no seu trabalho”.

Como meio de instrução, o uso do computador na educação consistiria simplesmente na informatização dos meios tradicionais. Porém, hoje se sabe que ele é muito mais do que isso, que pode enriquecer ambientes de aprendizagem onde o aluno, interagindo com ele, tem chance de construir seu conhecimento. Esta é, portanto, a grande reviravolta no ensino que passa de instrucionismo para construcionismo, sendo que, na maioria das vezes, há uma declaração teórica-pedagógica explícita.

Na verdade, o computador é uma nova tecnologia presente em vários momentos de nosso dia-a-dia, e pode ser aplicado tanto para administrar, coordenar ou servir como auxiliar direto de todos que fazem uso desta tecnologia.

As profundas transformações que as novas tecnologias da informação vêm produzindo nas sociedades contemporâneas afetam também, e particularmente, o Estado e as suas relações efetivas com os cidadãos.

Neste início de século, vivemos profundas mudanças científicas e tecnológicas cujo imperativo colocou não só questões práticas para a nossa vida cotidiana, mas também levantou novas problemáticas, entre elas, o uso correto dessas novas linguagens na produção e apropriação dos saberes.

Sabe-se que desde Platão até nossos dias, a importância da técnica se multiplicou infinitamente, pois sua evolução científica permitiu que ela fosse incorporada praticamente em todas as esferas da cultura, nos corpos humanos e de outros seres vivos, no pensamento e na produção de objetos técnicos.



São historicamente conhecidos a estranheza e o desconforto que as invenções técnicas geraram nas pessoas, como por exemplo, o uso da eletricidade, o telefone e o carro. Na prática, antes que uma nova tecnologia seja interiorizada pelas pessoas não é fácil conseguir compreender de forma clara o movimento dessas mudanças e ainda mais, antever seus efeitos.

Com a invasão dos computadores em nossas vidas, não se pode deixar de refletir sobre o seu papel e aplicação em todas as áreas sociais.

Na verdade, as profundas transformações que as novas tecnologias da informação vêm produzindo nas sociedades contemporâneas afetam também e particularmente, o Estado e as suas relações efetivas com os cidadãos. A organização de comunidades virtuais oferece, no presente momento histórico, novas oportunidades na modelagem das relações Estado-Sociedade – privilegiando seus reflexos nas negociações entre governos e indivíduos.

No que diz respeito à administração dos serviços que o Estado presta à Sociedade, existe uma gama de aplicações dessas novas tecnologias no sentido de reduzir custos e satisfazer o cliente-cidadão através de um atendimento mais rápido e eficaz. Sabe-se, por exemplo, que o simples armazenamento de dados em suportes digitais evita o preenchimento, a manipulação e a estocagem desnecessária de formulários impressos e a estocagem desnecessária de formulários impressos e repetitivos. Já se encontram na rede diversos estudos visando aperfeiçoar a idéia de centrais únicas de atendimento público, nas quais, numa única repartição virtual, o indivíduo poderá solicitar os demais serviços. Mas, para viabilizar essas oportunidades, será preciso percorrer um longo caminho.

Com o objetivo de atender mais rapidamente as vítimas de violência, principalmente sexuais, está sendo implantado na cidade de Lages – SC, a exemplo de outros centros urbanos, um modelo de relações mediado pelas características das novas tecnologias. Como todo novo exige esforço, idas e vindas, até que se alcance um determinado status, nada está

definido. O que existe é a tendência e a oportunidade de garantir ao Cidadão uma melhor qualidade de vida e, necessariamente, resolver no mais breve tempo, este grave problema social: a exposição da vítima de violência sexual, nos mais diversos locais para ser atendida com dignidade que a sua qualidade de cidadão lhes garante através da Carta Magna.

#### **4.1 Apresentando uma proposta de banco de dados, em rede, para atender as vítimas de violência na cidade de Lages.**

Em 1999 o Ministério da Saúde elaborou uma Norma Técnica intitulada *“Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência”*, cujo objetivo era fornecer subsídios técnicos para que os municípios pudessem se estruturar uma rede de serviços para atendimento às vítimas de violência.

Com o objetivo de criar caminhos mais rápidos para solucionar os problemas de violência que assolam o município de Lages – SC, a Prefeitura Municipal, representada pela Secretaria de Saúde, reuniu profissionais das esferas municipais, estadual, federal e não governamental, representando as áreas da saúde, segurança pública, justiça e desenvolvimento social, a fim de formarem uma comissão para estudos e a viabilização de tal serviço. Através de estudos foi formada uma comissão a qual avaliando os serviços ora prestados no município, julgou ser necessário a sua reestruturação e ampliação. Entre as sugestões acatadas estão a necessidade de organizar os serviços em rede com vistas à melhoria da qualidade e a formação de um banco de dados de atendimento, visando medidas preventivas junto as vítimas de violência, em especial, as mulheres, as crianças e adolescentes.

A adesão de Atenção às Vítimas de Violência no município de Lages – SC, foi firmada através da assinatura de um Protocolo de Atendimento de diversos órgãos, entre eles, o Ministério Público, a Promotoria da Infância e da Juventude, a Universidade do

Planalto Catarinense, o Conselho Tutelar, o Hospital Infantil Seara do Bem, o Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos, a Delegacia Regional, a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente e Mulher e a Prefeitura Municipal de Lages, representada pela Secretaria Municipal de Saúde, que coordena os trabalhos, contando com a parceria de outros órgãos e entidades.

A partir dessa integração a vítima de qualquer tipo de violência pode dar entrada em qualquer instituição pública ou privada das áreas de saúde, segurança, órgãos de proteção à infância ou de cunho social, que serão encaminhadas conforme fluxograma em anexo.

Para que este trabalho surta os efeitos esperados é necessário que a sociedade em geral tome conhecimento de como funciona este trabalho em rede no município, para que possa encaminhar as vítimas às referidas unidades.

À Segurança Pública é responsável pelo registro de ocorrência, exame de avaliação pelo médico legista e inquérito policial. Portanto cabe a Delegacia Regional de Polícia, o Instituto Médico Legal – IML, a Delegacia de Proteção a Criança Adolescente a Mulher e a Polícia Militar, a responsabilidade dos encaminhamentos legais para a criminalização dos agressores.

Na área da Saúde, as Unidades de referência são responsáveis pelo atendimento da saúde propriamente dita, bem como a orientação de medidas preventivas as DST/AIDS e acionamento da Delegacia, conforme for o caso. O Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos, o Hospital Seara do Bem, a Secretaria Municipal de Saúde e a 15ª Regional de Saúde, são responsáveis por este atendimento.

O atendimento psicológico, social e jurídico às vítimas de violência, bem como às suas respectivas famílias pertencentes a todas as faixas etárias, estão a cargo do PROCEVIC (Programa de Atendimento às Vítimas de Crime).

À Secretaria da Saúde é responsável pelo atendimento psicológico e social às crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência, bem como às suas respectivas famílias, desde que pertençam a rede municipal de ensino.

O atendimento psicossocial à crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violência e seus respectivos familiares, ficou a cargo da Secretaria da Promoção Social e Cidadania.

À Universidade do Planalto Catarinense coube o atendimento jurídico às vítimas de violência.

Ao Conselho Tutelar, ao Procevic e UNIPLAC, cabe a notificação e encaminhamentos dos casos.

O apoio Sócio-Educativo está a cargo da 7ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), Secretaria de Educação, UNIPLAC, FACVEST, que são responsáveis pela capacitação continuada dos profissionais de educação.

O Ministério Público, representado pela Promotoria Pública e Juizado, cabe: o oferecimento de denuncia no juizado ao qual se dirige o caso – Promotoria Pública e, recebimento e determinação de procedimentos ao Juizado.

A unidade de referência em banco de dados é responsável pelo armazenamento e controle estatístico dos dados referentes aos atendimentos prestados na rede.

As unidades de referência em segurança, saúde e apoio psicossocial manterão estrito relacionamento com vistas a efetuar encaminhamentos entre si, garantindo atendimento integral à vítima. Assim como alimentarão o banco de dados com informações dos atendimentos prestados, através de formulários padronizados (anexos).

O objetivo dessa mobilização social é diminuir a exposição da vítima que até então, tinha que repetir exaustivamente seu problema a todos os órgãos aos quais tinha que ser submetida, após sofrer a violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da tecnologia coloca-nos a todo momento diante de rápidas e constantes transformações, pois estamos vivendo numa época em que elas se processam, tanto no prisma social e político, quanto no artístico e ético, marcadamente sob o prisma da intolerância, do radicalismo e da violência. Nunca talvez, como nos tempos atuais, o ser humano esteve tão predisposto a sacudir violentamente os valores considerados obsoletos, ou a defendê-los com paixão.

A partir do cruzamento de uma exaustiva pesquisa bibliográfica e conversas informais enfatizando o dia-a-dia violento em todas as partes do mundo, se desencadearam algumas reflexões sobre violência, e em especial a doméstica praticada contra a mulher, a criança e o adolescente, tema bastante discutido e praticado em todas as camadas sociais.

Inicialmente tinha-se a pretensão de ressaltar apenas os tipos de violências mais comuns praticadas em nossa sociedade. A medida em que o tempo foi passando, percebeu-se que era preciso participar de ações mais concretas, visto que a violência doméstica é um crime escondido e que, na maioria das vezes, a vítima por medo, insegurança, culpa ou vergonha, não denuncia o agressor.

Durante a pesquisa que resultou nesta dissertação, constatou-se que há milhares de mulheres que sofrem de alguma forma de violência nas mãos dos seus maridos e

namorados e que aumenta a cada dia. Que poucas são as que tem coragem de contar a alguém, a um amigo, um familiar, um vizinho ou à polícia. Engana-se quem pensa que a violência doméstica é praticada só entre pessoas de classe econômica menos favorecida; as vítimas de violência doméstica provêm de vários estilos de vida, culturas, grupos, várias idades e de todas as religiões.

Outro fato que nos deixa surpresa é o fato do padrasto e da madrasta agredirem muitíssimo menos que os pais biológicos, ao contrário do que pode se pensar ou se apregoar culturalmente. Surpreende também os números muito próximos do pai e da mãe como agressores.

Afinal, se a criança e o adolescente não conseguem encontrar segurança e estabilidade em suas próprias casas, que visão levarão para o mundo lá fora? Como educadora sabe-se que os conflitos das crianças resultam sempre da disparidade entre o que diz a mãe, sobre o medo de estranhos, e a violência sofrida dentro de casa, cometida por pessoas que a criança conhece muito bem. Além disso, a psicologia constata que a violência doméstica pode ainda perpetuar um modelo de razão agressiva a violência nas crianças que estão com a personalidade em formação.

Também ficou comprovado que de todas as violências pesquisadas, a violência doméstica é considerada um dos fatores que mais estimula crianças e adolescentes a viver nas ruas. Pesquisas comprovam que as crianças de rua referem aos maus-tratos corporais, castigos físicos, violência sexual e conflitos domésticos como motivo principal de sua saída de casa.

No que se refere as mulheres vítimas de violência doméstica, constatou-se que mais ou menos 84% já sofreram algum tipo de violência e que as idades variam de 18 a 35 anos com maior frequência; depois de 36 a 45 anos e são menos frequentes nas mulheres com idade de 46 a 55 anos.

Ficou constatado que as mulheres que apanham do parceiro têm alguns aspectos psicológicos em comum. Algumas delas vêm de famílias onde a violência e os castigos físicos fazem parte do cotidiano e na vida de casada, a situação tende a se repetir quase como uma “obrigação”. Está comprovado também que muitas mulheres se sentem muito frustradas e culpadas por não “conseguirem” ter feito o casamento dar certo, já que foram educadas para cumprir o papel de mulher bem casa e se sentem incapazes de encarar o fato de terem errado na escolha. Para estas mulheres, falhar no casamento é pior do que manter uma relação, ainda que esta seja péssima para ela como pessoa. Por vergonha e constrangimento, costumam esconder de todos que apanham dos parceiros, pois têm a esperança que eles mudem com o tempo. Mas a medida que a situação se complica, elas não tem coragem de denunciar porque não vêem outra saída.

Portanto, a vítima, quase sempre tem uma relação de dependência com o agressor, pois mais do que uma dependência econômica com relação ao homem, é a dependência emocional que faz a mulher suportar as agressões. Há casos em que os maridos vão ao local de trabalho da mulher e a agredem diante de colegas, e de abusos sexuais de pais contra filhas depois que estas se afastam do domicílio.

É certo que além das marcas físicas, a violência doméstica costuma causar também sérios danos emocionais. Normalmente é na infância que são moldadas grande parte das características afetivas e de personalidade que a criança carregará para a vida adulta. Seguindo-se a esta, a violência sexual é outro grande mal que assola as crianças e adolescentes. E, infelizmente, o pai é o agressor seguindo-se o padrasto e tios. Esse assunto é muito difícil de ser resolvido porque mexe com padrão e dinâmica de família e, muitas vezes, envolve punições e separações. Geralmente a criança vítima dessa violência é punida e considerada “difamadora”, pois causa discórdia entre a família. Assim, esse crime é quase sempre ocultado dentro da própria família e a vítima se sente culpada e envergonhada por causar tal situação. No Brasil, como em outras partes do mundo, a vítima não revela seu segredo à mãe, por temer magoá-la. As poucas mães que tomam conhecimento da agressão, por comodismo, preferem não acreditar que seu companheiro ou marido possa abusar



sexualmente da própria filha; poucas denunciam o agressor a polícia e a grande maioria preferem conviver com a dúvida do que investigar a verdade; muitas ainda, preferem acreditar que foi a filha que “seduziu” o pai. Nessa situação, a mãe costuma ser outra vítima e cúmplice simultaneamente.

A violência sexual produz seqüelas físicas e psicológicas e, as pessoas por ela atingidas ficam mais vulneráveis a outros tipos de violência, entre elas, a prostituição, ao uso de drogas, às doenças sexualmente transmissíveis, às doenças ginecológicas, aos distúrbios sexuais, à depressão e ao suicídio.

Diante desse quadro conclui-se que a violência exige a efetiva integração de diferentes setores, tais como Saúde, Segurança Pública, Justiça e Trabalho, bem como o envolvimento da sociedade civil organizada.

Com a criação do sistema integrado, bem como um trabalho educativo de conscientização e a criação do banco de dados, o atendimento às vítimas de violência, na cidade de Lages-SC., tende a diminuir.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, espera-se que este tenha contribuído para ajudar a reduzir os índices de violência em nosso meio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AZEVEDO, M. A. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In: **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. (M. A. Azevedo e V. N. A. Guerra, orgs), São Paulo: Cortez, 1993.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Ed. Robe Editorial, 1995.

\_\_\_\_\_. **Infância e Violência Doméstica: Apostila Telecurso de Especialização**. São Paulo: LACRI/USP, 2001.

CASTRO, Myrian Mesquita Pugliese de. In: **Estatuto criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. São Paulo: Malheiros, 1992.

CLAVES – Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde. **Juventude, cidadania e violência no município do Rio de Janeiro** – um estudo comparativo. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, 1998.

COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

CUNHA, J. M. **Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: impasses e desafios**. Dissertação de Mestrado em Saúde da Criança. RJ/IFF-FIOCRUZ, 1998.

DOMENACH, J. M. La violencia. In: **La violencia y sus causas**. Paris: UNESCO, 1981.

FARINATTI, F., BIAZUS, D. B. e LEITE, M. B. **Pediatria social: a criança maltratada**. São Paulo: Medsi, Editora Médica e Científica, 1993.

FURSNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOMES, R. A violência social em questão: referências para um debate em saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. 5 (2), 1997.

GROSSI, Miriam Pilar. Rimando amor e dor: Reflexos sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

GUERRA, V. N. A. **Algumas reflexões sobre o fenômeno da negligência**. São Paulo, 1989, (mimeo.)

HERMANN, Leda. **Violência Doméstica: a dor que a Lei esqueceu**. Comentários à Lei nº 9099/95. São Paulo; CEL-LEX, 2000.

KAPLAN, S. Abuso físico e negligência. In: **Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica S.A., s/d.

TEIXEIRA, Paulo César e ALZUGARAY, Paulo. Perigo dorme ao lado. **Isto é**. São Paulo: Ed. Três, nº 1352, 30/ag./95, p. 36.

TORRES, Sergio. Violência faz governo do RJ criar SOS Mulher. **Folha de São Paulo**: São Paulo, p. 4, 24/maio/1999.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

[www.geocities.com/Viena/2809/holistic.htm](http://www.geocities.com/Viena/2809/holistic.htm), acessado em 23 de maio de 2001.

## ANEXOS

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_/\_\_/\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M. ( ) F.

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

### 1. TIPO DO ABUSO

Sexual	Psicológico	Físico		Negligência		Discriminação
		Verbal	Outros	Abandono	Outros	

### 2. AGRESSOR

Pai	Mãe	Padrasto	Madrasta	Tio (a)	Companheiro (a)	Irmão (a)	Avô (ó)	Sogro (a)	Outros

### 3. ENCAMINHAMENTO

Especial	Enfermaria	Emergencial	Outros

Local e data

## FICHA DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

DATA: \_\_/\_\_/\_\_

### 1. IDENTIFICAÇÃO :

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M. ( ) F.

Data de nascimento: \_\_/\_\_/\_\_

Escolaridade:

1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	2º Grau	Universitário	Outros

Cidade: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

### 2. DADOS DA VIOLÊNCIA:

Data da violência: \_\_/\_\_/\_\_ Hora: \_\_\_\_: \_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

Local: ( ) residência ( ) rua Outros: \_\_\_\_\_

Agressor: ( ) conhecido ( ) desconhecido ( ) parente ( ) outros

Raça do agressor: \_\_\_\_\_

Houve relação: ( ) sim ( ) não

Tipo: ( ) vaginal ( ) oral ( ) anal

Foi intimidado: ( ) sim ( ) não

Intimidado com: ( ) arma ( ) força física ( ) ameaça

Traumas físicos: ( ) sim ( ) não

Que tipo: \_\_\_\_\_

## QUADRO DE REGISTRO DIÁRIO

[illegible][illegible]

## TERMO DE ENCAMINHAMENTO

De: \_\_\_\_\_

Para: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Encaminhamos \_\_\_\_\_

para atendimento neste serviço.

Motivo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_

---

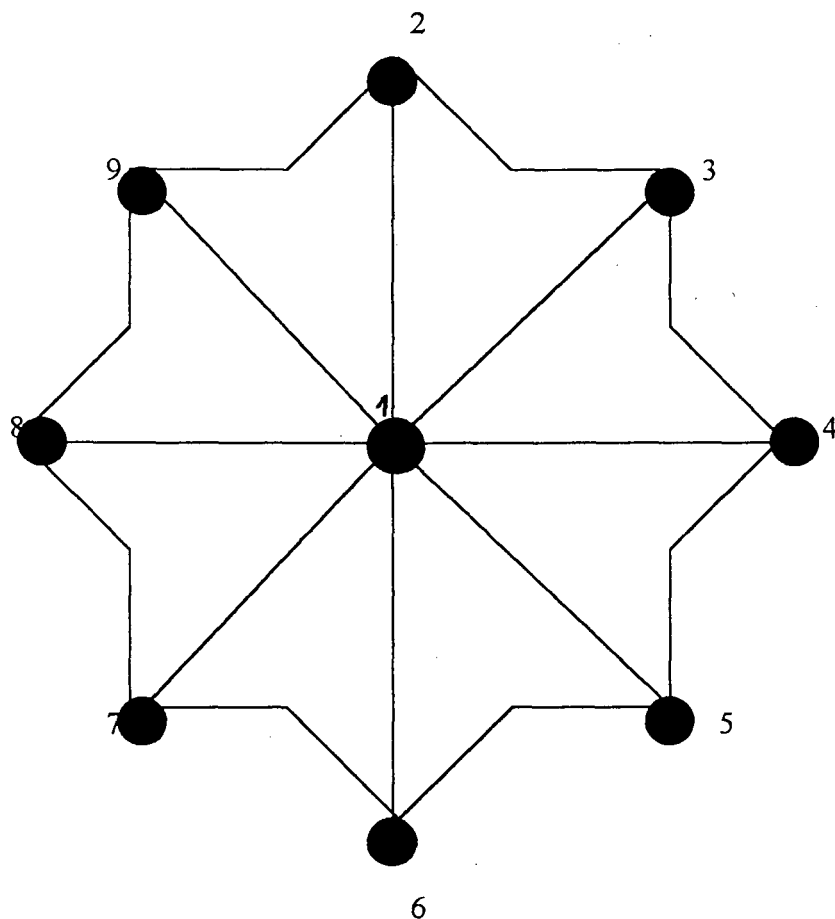
Assinatura do Profissional



## QUADRO POR IDADE DO AGREDIDO e DENUNCIANTE

IDADE	NÚMERO	%	Mês	Ano	DENUNCIANTE
0 a 15 anos Incompletos					
15 a 18 anos incompletos					
Maior de 18 anos					

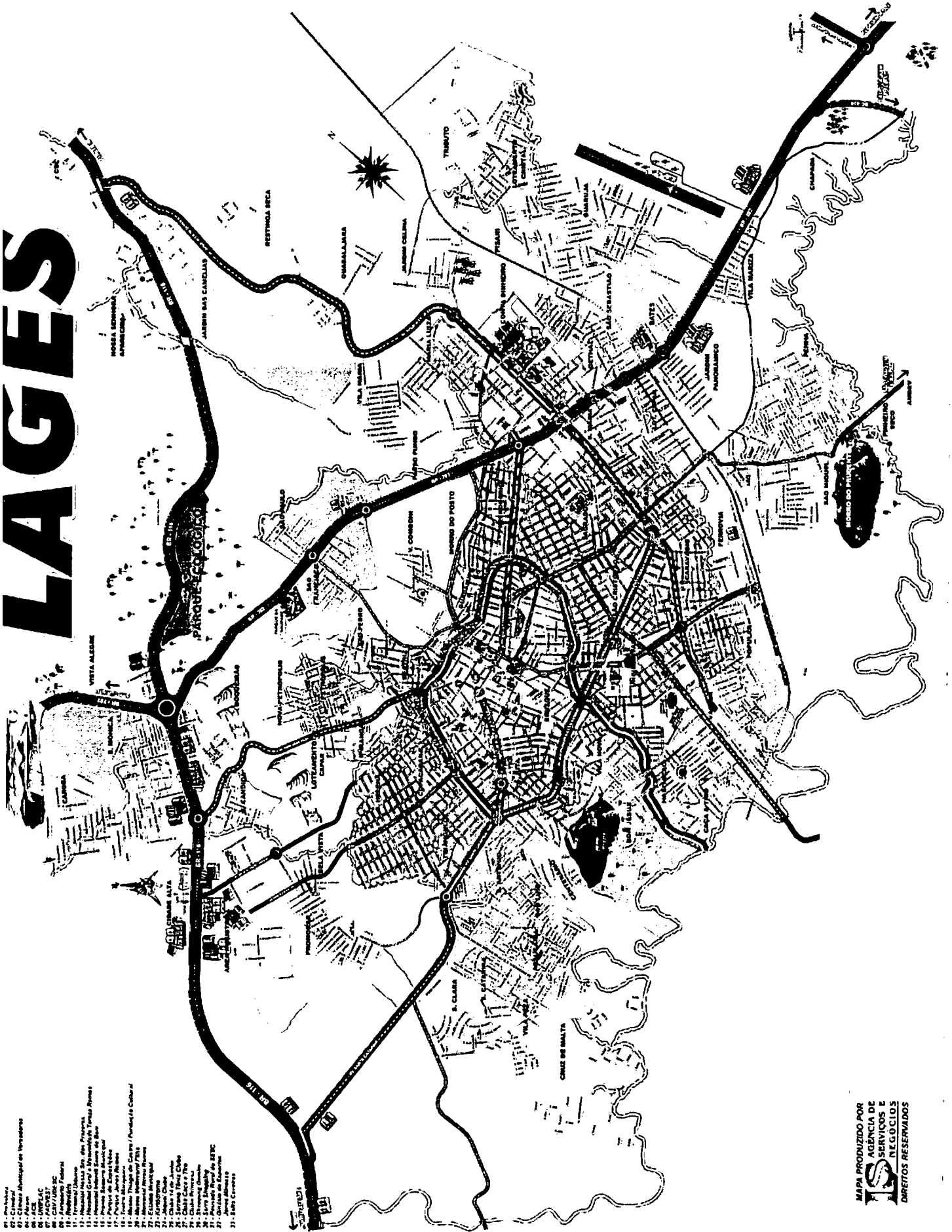
## SISTEMA DE FORMAÇÃO COM ESTRUTURA ESTRELA



### LEGENDA

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Banco de Dados)
2. MINISTÉRIO PÚBLICO
3. PROMOTORIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
4. UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
5. CONSELHO TUTELAR
6. HOSPITAL INFANTIL SEARA DO BEM
7. HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE TERESA RAMOS
8. DELEGACIA REGIONAL
9. DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E MULHER

# LAGES



- 01 - Prefeitura
- 02 - Câmara
- 03 - Tribunal de Justiça
- 04 - Tribunal de Contas
- 05 - Assembleia Legislativa
- 06 - JAC
- 07 - JACIST
- 08 - JACIST
- 09 - JACIST
- 10 - JACIST
- 11 - JACIST
- 12 - JACIST
- 13 - JACIST
- 14 - JACIST
- 15 - JACIST
- 16 - JACIST
- 17 - JACIST
- 18 - JACIST
- 19 - JACIST
- 20 - JACIST
- 21 - JACIST
- 22 - JACIST
- 23 - JACIST
- 24 - JACIST
- 25 - JACIST
- 26 - JACIST
- 27 - JACIST
- 28 - JACIST
- 29 - JACIST
- 30 - JACIST
- 31 - JACIST

MAPA PRODUTO POR  
**IS**  
 AGÊNCIA DE  
 SERVIÇOS E  
 NEGÓCIOS  
 DIREITOS RESERVADOS